

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

LIAMARA SCALON

**JOVENS MULHERES E A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM
OLHAR A PARTIR DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DE SAUDADES E
MODELO, SANTA CATARINA**

PORTO ALEGRE

2021

LIAMARA SCALON

**JOVENS MULHERES E A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM
OLHAR A PARTIR DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DE SAUDADES E
MODELO, SANTA CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatiana Engel Gerhardt.

PORTO ALEGRE

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Scalon, Liamara
Jovens mulheres e a sucessão na agricultura
familiar: um olhar a partir das Casas Familiares
Rurais de Saudades e Modelo, Santa Catarina / Liamara
Scalon. -- 2021.
98 f.
Orientadora: Tatiana Engel Gerhardt.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Sucessão familiar. 2. Mulheres Rurais. 3.
Agricultura Familiar. 4. Casa Familiar Rural. I.
Gerhardt, Tatiana Engel, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Durante essa trajetória, importantes e queridas pessoas contribuíram para que esse trabalho se tornasse realidade, seja de forma material, por meio de orientação, bolsa de estudos, colaboração durante a pesquisa de campo, seja por meio de apoio, incentivo e afeto. Meus sinceros sentimentos a todos. Agradeço, de modo especial:

À minha querida orientadora, professora Tatiana Engel Gerhardt, pela dedicação, disponibilidade e pelas valiosas contribuições. Sua tranquilidade e apoio foram essenciais para que esse trabalho pudesse tornar-se realidade. Obrigada por ter me acolhido com tanto carinho!

A toda a minha família pelo apoio incondicional. Em especial meus pais e irmãos, por serem meu alicerce, pelo incentivo e pelo exemplo de vida, minha imensa gratidão e sempre amor. Ao meu companheiro Gean, pelo companheirismo, incentivo, pelas contribuições e por preencher meus dias com alegria e paz.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, secretaria e professores, pela acolhida, pela oportunidade e pelo conhecimento compartilhado.

Aos colegas e amigos (as) de turma, pela convivência e pelas experiências compartilhadas. Em especial, minha querida amiga Carol, pela parceria e pelos momentos especiais que passamos juntas. Obrigada por compartilhar esse sonho!!

Agradeço aos gestores das Casas Familiares Rurais de Saudades e Modelo, por abrirem suas portas e cujos esforços e auxílio tornaram possível a concretização deste projeto. Também, ao professor Alisson Ivonei Hoss, por sua disponibilidade, contribuições e pela dedicação ao projeto das Casas Familiares Rurais.

Meu agradecimento especial às jovens agricultoras que contribuíram para a realização dessa pesquisa e foram fundamentais para os resultados aqui apresentados. Conhecer e compartilhar suas histórias foi uma experiência ímpar, enquanto pesquisadora e, especialmente, enquanto agricultora.

Por fim, meu agradecimento a Deus, por estar sempre comigo, me guiando, iluminando e abençoando. A todos, o meu muito obrigada!

“Por um mundo onde sejamos
socialmente iguais, humanamente
diferentes e totalmente livres”
(Rosa Luxemburgo)

RESUMO

A sucessão familiar continua sendo um grande desafio, para a continuidade das atividades, para a agricultura familiar, para o futuro de regiões, para o desenvolvimento local, regional e rural. Afinal, quem serão os agricultores e as agricultoras familiares do futuro? Como estimular as presentes e futuras gerações a continuar na agricultura? Essas são algumas das questões, reflexões e desafios que se colocam quando analisamos a problemática da reprodução da agricultura familiar e os rumos do espaço rural. De tal modo, nossa proposta de estudo foi analisar os anseios e as perspectivas de futuro de jovens mulheres, estudantes e egressas de Casas Familiares Rurais (CFRs), quanto à permanência no meio rural e a sucessão familiar. Para alcançar esse propósito, além de análises bibliográficas e documentais acerca do tema e suas nuances, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com jovens estudantes e egressas das CFRs de Saudades e Modelo, buscando (re) conhecer suas histórias e trajetórias, projetos, motivações e relações estabelecidas no contexto de permanência e sucessão, bem como o papel e as possíveis contribuições das CFRs para os direcionamentos futuros das jovens. Em nosso estudo, procuramos colocar em evidência casos de jovens mulheres que, assim como muitas outras, escolheram seguir os passos de seus pais e seus avós dentro da agricultura familiar, prospectam seus futuros na agricultura ou ainda, se identificam e almejam trilhar caminhos conectados a agricultura em outros espaços. A partir das considerações e resultados do estudo, pode-se observar que as CFRs se consolidaram como uma excelente alternativa para a educação escolar dos filhos e filhas de agricultores familiares, contribuindo para a permanência no meio rural e/ou a sucessão familiar. Isso, considerando os múltiplos aspectos que determinam essa decisão, pois não é um processo isolado, mas uma construção. A trajetória nas CFRs possibilita que, aliando conhecimentos teóricos e experiências práticas, a jovem amplie seus horizontes, conheça outras realidades, desfrute de novas experiências, desperte um maior interesse pelo campo e pela possibilidade de permanência e sucessão, assim como, direcione um novo olhar à propriedade rural, um olhar de pertencimento, de orgulho e também um olhar mais crítico, de mais interesse e envolvimento com as atividades e com a propriedade como um todo, visualizando-a como uma oportunidade viável, rentável e com boas perspectivas de futuro. Nosso propósito, com isso, foi o de reconhecer o papel e o protagonismo de mulheres rurais,

fazendo com que essas jovens mulheres se sintam valorizadas, ouvidas e empoderadas e que as histórias e trajetórias de vida contidas em nossas análises, motivem e inspirem ainda mais jovens e mulheres a estudar, se desafiar, conquistar e assumir protagonismo nos espaços que estiverem envolvidas.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Sucessão. Mulheres rurais. Casa Familiar Rural.

ABSTRACT

Family succession continues to be a great challenge, for the continuity of activities, for family farming, for the future of regions, for local, regional and rural development. After all, who will be the farmers of the future? How to encourage present and future generations to continue in agriculture? These are some of the questions, reflections and challenges that arise when we analyze the problem of the reproduction of family farming and the direction of rural space. In this way, our study proposal was to analyze the aspirations and future perspectives of young women, students and graduates of Rural Family Homes (CFRs), regarding the permanence in the rural environment and family succession. To achieve this purpose, in addition to bibliographic and documental analyzes on the topic and its nuances, semi-structured interviews were carried out with young students and graduates of the CFRs of Saudades and Modelo, seeking to (re)know their histories and trajectories, projects, motivations and relationships established in the context of permanence and succession, as well as the role and possible contributions of the CFRs for the future directions of the young women. In our study, we sought to highlight cases of young women who, like many others, chose to follow in the footsteps of their parents and grandparents within family farming, prospect their futures in agriculture, or even identify and aim to follow paths connected to agriculture in other spaces. From the considerations and results of the study, it can be observed that the CFRs have established themselves as an excellent alternative for the school education of the sons and daughters of family farmers, contributing to the permanence in the rural environment and/or family succession. This, considering the multiple aspects that determine this decision, as it is not an isolated process, but a construction. The trajectory in the CFRs allows, combining theoretical knowledge and practical experiences, the young woman to broaden her horizons, get to know other realities, enjoy new experiences, awaken a greater interest in the field and the possibility of permanence and succession, as well as direct a new look to the rural property, a look of belonging, pride and also a more critical look, of more interest and involvement with the activities and with the property as a whole, seeing it as a viable, profitable opportunity with good prospects for the future. Our purpose, with this, was to recognize the role and protagonism of rural women, making these young women feel valued, heard and empowered and that the stories and life trajectories contained in our analyses, motivate and inspire even more young people and women to study,

challenge themselves, conquer and assume prominence in the spaces they are involved.

Keywords: Family farming. Succession. Rural women. Rural Family House.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura esquematizada da dissertação	19
Figura 2 - Pilares da formação por alternância das CFRs.....	62
Figura 3 - Localização geográfica das jovens interlocutoras do estudo	74
Figura 4 - Proposta metodológica para operacionalização dos objetivos da pesquisa	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Condicionantes para a saída e permanência dos jovens no meio rural ..	52
Quadro 2 - Características gerais das participantes do estudo	74

LISTA DE SIGLAS

Arcafar	Associação das Casas Familiares Rurais
ArcafarSC	Associação das Casas Familiares de Santa Catarina
ArcafarSul	Associação das Casas Familiares do Sul do Brasil
CEE/SC	Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CEFFAs	Centros Familiares de Formação por Alternância
CFR	Casa Familiar Rural
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAO	Food and Agriculture Organization
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MFR	Maison Familiares Rurales
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PRODENE	Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SED	Secretaria de Estado da Educação
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agropecuária
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária

APRESENTAÇÃO

Nascida e criada em uma pequena comunidade rural localizada no município de Nova Erechim, região oeste de Santa Catarina, desde muito cedo aprendi a valorizar o trabalho que minha família desempenha até hoje: a agricultura. As vivências e as experiências no campo e, sobretudo, os desafios e dilemas gravados nas trajetórias dos meus pais e avós, moldaram em mim mais do que um sentimento de respeito e reconhecimento, mas de profunda admiração e amor à agricultura familiar.

Entre as inúmeras histórias e relatos que foram contados a mim e aos meus irmãos, sempre tivemos a plena consciência de como a nossa geração pôde experimentar condições de vida e trabalho muito mais “dignas”. Hoje, a grande maioria dos agricultores da região possuem acesso à internet, meios de transporte “modernos”, máquinas e equipamentos que facilitam o trabalho, o tornando menos árduo e pesado, acesso à serviços públicos de saúde, educação, estradas e uma infraestrutura que, em grande medida, asseguram uma qualidade de vida e de trabalho superior às gerações anteriores.

Em termos de acesso à educação, recordo meus pais e avós relatando que, para frequentar a escola era preciso caminhar diariamente vários quilômetros, o sistema de ensino oportunizado era apenas de primeira à quarta série do ensino fundamental e havia uma mesma professora para atender a todas as séries. Não bastasse os limites de acesso e ensino, eram raros os casos em que os filhos recebiam incentivo de seus pais para estudar. Eles não podiam “perder tempo”, precisavam trabalhar. Estudar para continuar na agricultura? Não fazia sentido.

Se por um lado, as gerações que sucederam experimentaram outra realidade, de incentivo à educação, formação e qualificação, por outro, também são estimuladas, pelos próprios pais, a sair do campo, a ir para as cidades em busca de uma profissão melhor, ser “alguém” na vida, partindo de um discurso de que “não queremos que vocês sofram tudo o que nós sofremos”, “a agricultura não é um bom futuro”. Mas, e quem serão os agricultores do futuro?

Nesse sentido, percebo que, hoje mais do que nunca, compete a atual e as futuras gerações desconstruir esse julgamento e mover-se em direção à defesa de que a reprodução e fortalecimento da agricultura familiar está diretamente vinculada

à sua continuidade. Mas, diferentemente de outros momentos, estudar e qualificar-se para continuar na agricultura é condição fundamental.

Diante da importância de encontrar sucessores para as propriedades, sobretudo no contexto da agricultura familiar, julgo importante mencionar a experiência da minha família: meus pais sempre conversaram abertamente comigo e com meus irmãos sobre o futuro da propriedade da família. Meu pai, que foi o sucessor, sempre incentivou que pensássemos a respeito. E, embora de modo implícito, havia uma maior disposição para que meu irmão, o mais novo e que desde bem jovem manifestava interesse, fosse o designado para permanecer ali. Tal fato vem se afirmando nos últimos anos. Eu e minha irmã, incentivadas a cursar o ensino superior e, meu irmão, de modo a contribuir para sua permanência, optou por cursar o ensino médio na Casa Familiar Rural.

Mas, mesmo com o sucessor já definido, em nenhum momento nos foi dito que não há lugar para continuar. Se assim for a minha ou a vontade da minha irmã, sempre seremos incentivadas e apoiadas, seja na agricultura ou em outra profissão que, por ventura, venhamos a assumir. O que nos faz perceber a agricultura e o fato de ser agricultor como uma oportunidade e não como uma obrigação.

De modo particular, confesso que, apesar das dificuldades e incertezas, a agricultura familiar me fascina. O amor e dedicação envolvidos, os alimentos que são produzidos, o cuidado com a terra e com todas as formas de vida, a tranquilidade do campo, as relações que se constroem, enfim, para mim a agricultura é um campo de oportunidades e de qualidade de vida.

Fruto do encantamento e orgulho de ser filha de agricultores e por assim me definir também, durante minha trajetória acadêmica no curso de Administração procurei direcionar meus esforços em temas relacionados ao setor da agricultura. Como resultado, em meu Trabalho de Conclusão de Curso enfocou os processos de gestão adotados pelos agricultores familiares localizados no município de Nova Erechim-SC. Dentre os resultados obtidos, em meio às possibilidades, dificuldades, anseios e desafios, me deparei com a problemática da sucessão familiar, ou, melhor dizendo, com a falta de sucessores nas propriedades e as incertezas quanto ao seu futuro. A partir desse momento, como pesquisadora, mulher, filha de agricultores familiares, passei a problematizar a sucessão familiar com um olhar mais atento.

Enriquecendo o debate e, com vistas a uma melhor compreensão do espaço rural, suas dinâmicas e relações, a aproximação com o Programa de Pós-Graduação

em Desenvolvimento Rural/PGDR e sua multidisciplinaridade vêm ampliando meus horizontes, mostrando-me os desafios envoltos e as fronteiras a serem transcendidas em prol do desenvolvimento rural.

No transcorrer desse tempo, tanto as experiências pessoais quanto as acadêmicas, contribuíram decisivamente para a construção deste trabalho. Com certeza, a aproximação com a experiência e o trabalho desenvolvido pelas Casas Familiares Rurais, o (re) conhecimento de histórias e trajetórias de jovens mulheres e a análise de suas perspectivas quanto à permanência no meio rural e a sucessão familiar foi um diálogo que permitiu o resgate de memórias que também faz parte da minha história e da minha família. E, inclusive, tencionaram reflexões que levaram a ressignificar e reafirmar a minha identidade de jovem agricultora. Em outras palavras, reconhecendo o outro, também estou me reconhecendo.

“O ideal não consiste em fazer coisas extraordinárias, mas sim em fazer coisas ordinárias extraordinariamente bem feitas” (São Vicente de Paulo)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	20
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR EM PERSPECTIVA.....	20
2.2 JOVENS RURAIS E A SUCESSÃO: CONCEITOS E ESPECIFICIDADES	24
2.3 UM OLHAR SOBRE GÊNERO E GERAÇÃO: O RURAL EM EVIDÊNCIA.....	31
2.4 JOVENS, MULHERES E A SUCESSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: ARTICULANDO CAMINHOS, INTEGRANDO SABERES E COSTURANDO IDEIAS	37
2.5 O PROJETO DAS CASAS FAMILIARES RURAIS E A FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA	55
3 CAMINHO PERCORRIDO	66
3.1 PROPOSTA METODOLÓGICA	66
3.2 O CENÁRIO E AS PROTAGONISTAS	69
3.3 PLANO DE GERAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	71
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNAS E EGRESSAS DAS CFRs DE SAUDADES E MODELO	94
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES DAS CFRs DE SAUDADES E MODELO	95
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	96

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, embora os problemas relativos à reprodução social da agricultura familiar não tenham, ainda, atingido a mesma magnitude de outros países, o interesse pelo tema é recorrente e se fortalece a partir da produção de trabalhos no âmbito acadêmico que têm acentuado a preocupação com a reprodução econômica e social da categoria “agricultura familiar”. Tal fenômeno fundamenta-se, em grande medida, pela importância do setor para a atividade agropecuária, para o desenvolvimento rural brasileiro e para o desenvolvimento como um todo, especialmente nos espaços em que sua presença é mais expressiva (ABRAMOVAY, 2003; SPANEVELLO, 2008).

Acredita-se que, um dos fatores explicativos do crescente interesse na realização de estudos sobre a agricultura familiar está associado a preocupação com a continuidade deste importante setor, afinal de contas: Quem serão os agricultores familiares do futuro? Haverá agricultores familiares no futuro? Como estimular as presentes e futuras gerações a continuar na agricultura? Considerando que o futuro da agricultura familiar está nas mãos das atuais e das próximas geração de jovens agricultores, essas e outras inúmeras questões e reflexões nos remetem a uma problemática que toma dimensões cada vez maiores: o processo sucessório e a reprodução econômica, social e cultural da agricultura familiar (BIANCHINI, 2010; BRUMER *et al.*, 2000; MELLO *et al.*, 2003; PANNO, 2016).

Em diálogo com Silvestro e Cortina (1998, p.05), reconhecemos que será, em grande medida, em torno de temas “ligados à sucessão que vai ser decidido se o espaço rural poderá ser vitalizado com um grupo de jovens envolvidos em sua valorização ou se ele ruma para o esvaziamento”. De tal maneira, a compreensão das oportunidades e desafios do setor assume fundamental relevância para os rumos que o mesmo tomará. Mais do que constatar essa tendência, procurar entender as razões desse processo é um desafio para estudiosos do mundo inteiro (FERRARI *et al.*, 2004). Para Herrera:

O interesse em analisar as estratégias de reprodução social da agricultura familiar decorre, por um lado, dos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com destaque para os jovens e mulheres, o que implica no crescente processo de envelhecimento da população e masculinização do campo. Por outro lado, pelo aumento dos problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares, que acabam por colocar em risco a manutenção e reprodução social da agricultura familiar enquanto categoria social. E, principalmente, pela falta de reconhecimento do

trabalho desempenhado pelas mulheres rurais no âmbito da agricultura familiar (HERRERA, 2016, p.218).

Sobre isso, Brumer (2007) destaca que, apesar dos avanços, há lacunas e gargalos em termos de conhecimentos científicos relacionados à sucessão familiar, especialmente com referência aos jovens que ambicionam permanecer no meio rural e aqueles que priorizaram a permanência nestes espaços. Para a autora, é eminente a importância de estudos sobre os fatores atrativos no que diz respeito à atividade agrícola, bem como para a vida no meio rural, onde ao invés de procurar responder ‘porque os jovens saem do meio rural’, busca-se responder ‘por que os jovens permanecem no meio rural’” (BRUMER, 2007, p.50).

Atenta-se ainda para a importância de estudos nesse âmbito, em especial a partir da inclusão de uma perspectiva de mulheres, “que dê conta das condições de inserção e dos interesses e motivações de rapazes e moças” (BRUMER, 2007, p.42), considerando que o processo sucessório e, de certa forma, toda a organização do processo de trabalho desfavorecem a mulher, enquanto os homens normalmente são os sucessores (SPANVELLO, 2008; STROPASOLAS, 2002).

Diante do exposto, a proposta de lançar um olhar à continuidade da agricultura familiar sob a óptica da sucessão geracional e as questões que envolvem jovens e mulheres nestes espaços de decisão, implica, necessariamente, o reconhecimento, (des) construção e problematização de relações, transformações e particularidades ali presentes. Isso, pois como expressam Matte *et al.* (2019, p.29), “a permanência não envolve tão somente a escolha do jovem, mas, sobretudo, a presença de condições para que esse possa exercer a atividade com liberdade”.

Refletindo e ampliando os horizontes sobre tais questões, Estevam (2001) sinaliza um caminho a ser percorrido. Para o autor,

Ao longo do tempo houve inúmeras iniciativas na busca de alternativas para a agricultura familiar, contrapondo a forma imposta e autoritária da difusão dos pacotes tecnológicos. Destas tentativas muitas foram bem-sucedidas e foi a partir delas que no final da década de 80 surgiram inúmeras experiências inovadoras para a agricultura familiar. Na busca de melhores condições de vida para o meio rural, a proposta via educação era uma delas (ESTEVAM, 2001, p. 17).

Por meio de experiências de mobilização e organização de agricultores, famílias buscavam alternativas educacionais para suprir suas necessidades e responder aos desafios impostos à agricultura familiar, especialmente em relação à

permanência dos jovens no campo (ZIMMERMANN, 2014). Nessa linha, Estevam (2001) acrescenta que, perceber a educação como alternativa para a agricultura familiar visa atender a dois objetivos: possibilitar a permanência do agricultor em sua atividade produtiva e; oportunizar o acesso aos novos conhecimentos, buscando a partir daí a motivação para continuar na sua atividade. Experiências como a das Casas Familiares Rurais (CFRs) surgem com esse propósito

Ao relacionar a educação e a permanência/continuidade na agricultura, estudos recentes que discutem os rumos do rural revelam um cenário animador, com jovens filhos (as) de agricultores estudando e com interesse em permanecer ou retornar para a propriedade e dar continuidade às atividades na agricultura, bem como o espaço conquistado pelas mulheres nesse cenário, diferentemente dos estudos realizados na década de 1990 e início dos anos 2000.

Onde, se por um lado enfrentamos nos últimos anos um grande movimento de fechamento de escolas rurais (NOGUEIRA; RAMIRES, 2017), por outro, pesquisas como as de Breitenbach e Corazza (2019a), Maia *et al.* (2018), Hein (2017), Pina *et al.* (2017), Boscardin *et al.* (2019), Pozzebon (2015), Perdesseti (2018), Toigo (2020) e outras, revelam o significado, o papel e a relação entre jovens estudantes e egressos (as) de universidades, colégios técnicos/agrícolas, Casas Familiares Rurais e Escolas Famílias Agrícolas e projetos futuros vinculados a agricultura, o interesse pela continuidade, retorno e sucessão rural.

E, apesar destes e outros estudos reforcem as distinções entre os gêneros quanto ao interesse em permanecer no campo e suceder, uma vez que os jovens do sexo masculino são mais incentivados e têm mais interesse em serem gestores e sucessores das propriedades rurais e em permanecer no campo (BREITENBACH; CORAZZA, 2019a), dados revelados pelo último Censo Agropecuário (2017) revelam e reforçam o espaço conquistado pelas mulheres: cerca de 1 milhão de mulheres dirigem propriedades agrícolas no país (agricultura familiar e não familiar), - 18,6% do total de estabelecimentos rurais, sinalizando um aumento na participação das mulheres no comparativo com o Censo Agropecuário de 2006, quando elas representavam 12,7% do total de produtores (IBGE, 2020b; 2020d).

Além disso, o Censo Agropecuário de 2017 pesquisou pela primeira vez o compartilhamento de direção nos estabelecimentos. São 1.029.640 estabelecimentos compartilhados pelo casal, o que representa 20% do total, sendo 817 mil mulheres dividindo a direção com o cônjuge (IBGE, 2019c). Isto significa que a mulher, além de

ter aumentado sua participação direta na direção, agora também aparece na direção compartilhada.

Considerando os dados relativos à região de estudo, o Oeste de Santa Catarina, que entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 apresentou uma redução de 87% para 78% do total de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar (IBGE, 2020b;2020d) e onde um número significativo de propriedades se encontrava sem sucessores ou na iminência de muito em breve passarem para esta condição (BIANCHINI, 2010), duas questões emergem: o expressivo peso da categoria de agricultores familiares no Estado e a preocupação com o horizonte da agricultura familiar e, singularmente, com aqueles que são a força renovadora da agricultura familiar, as (os) jovens.

Reconhecendo, pois, os desafios, as demandas e os avanços na agricultura familiar, julgou-se pertinente lançar um olhar sobre “jovens”, “mulheres” e a “permanência” no meio rural, assim como, combinar a problemática da sucessão familiar e, com maior ênfase, os desafios ainda enfrentados pelas mulheres nesse processo, à uma experiência inovadora de estímulo à permanência do jovem no campo, as Casas Familiares Rurais.

Por meio dessa vinculação, intenta-se aprofundar a investigação em torno do trabalho e dos resultados que duas instituições localizadas na região Oeste de Santa Catarina, - Saudades e de Modelo estão alcançando, especialmente com jovens mulheres. Tal escolha sustenta-se, em consonância com Bianchini (2010) na importância da agricultura familiar e do espaço rural para o desenvolvimento da região, reconhecida pela predominância de pequenas propriedades rurais, sendo a agricultura familiar a base econômica da maioria dos municípios, na pertinência de se aproximar, apreciar e divulgar a atuação das experiências de formação por alternância concebidas pelas CFRs, enquanto um processo formativo diferenciado e direcionado às e aos jovens rurais e, no reconhecimento do protagonismo das mulheres e a necessidade de uma maior compreensão sobre suas contribuições para as propriedades rurais e suas perspectivas quanto ao futuro (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

Ante o exposto, tem-se como temática: “Jovens mulheres, a permanência e a sucessão na agricultura familiar: um olhar a partir das Casas Familiares Rurais”, e buscamos responder ao seguinte questionamento: **Quais os anseios e perspectivas das jovens mulheres estudantes e egressas das Casas Familiares Rurais de Saudades e Modelo, quanto à permanência no campo e a sucessão familiar?**

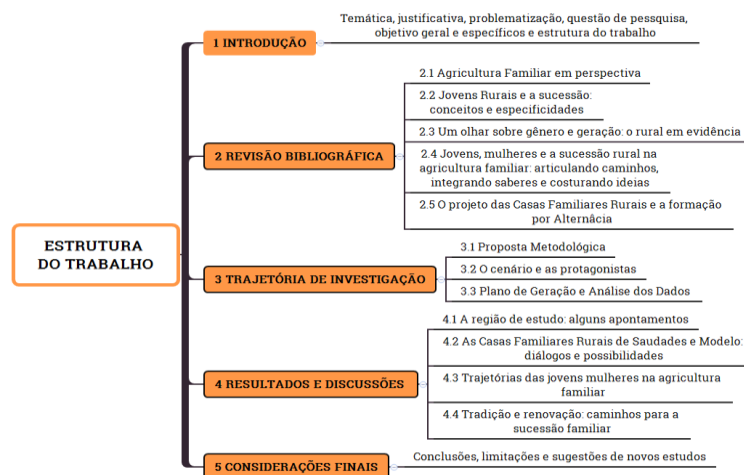
Com base na questão proposta, o estudo é conduzido pelo objetivo central de *analisar os anseios e perspectivas das jovens mulheres, estudantes e egressas das Casas Familiares Rurais de Saudades e Modelo, quanto à permanência no campo e a sucessão familiar*. E como objetivos específicos, delimita-se:

- a) caracterizar o perfil das jovens mulheres estudantes e egressas da Casa Familiar Rural dos municípios de Saudades e Modelo;
- b) identificar a relação da trajetória junto às Casas Familiares Rurais com os anseios quanto à permanência no meio rural e;
- c) analisar as perspectivas das jovens rurais quanto a sucessão familiar.

Em termos de estrutura, a redação da dissertação dar-se-á em cinco capítulos (Figura 1). O Capítulo 1 contempla a introdução, abarcando a definição do tema, problemática, objetivos geral e específicos. Em seguida, o capítulo 2 nos conduz à fundamentação bibliográfica na qual a pesquisa se sustenta, sendo a agricultura familiar, jovens, mulheres e a sucessão familiar, Casas Familiares Rurais e a prática da Pedagogia da Alternância foco de nossa discussão.

O Capítulo 3 detém a apresentação do caminho metodológico. No Capítulo 4 serão apresentados os resultados do estudo e tecidas considerações sobre esse momento. Inicialmente preocupar-se-á em contextualizar a região de estudo, seguido da análise do espaço empírico da pesquisa. Na sequência, serão apresentadas as protagonistas do estudo, perfil, histórias e trajetórias e finalmente, lançamos um olhar sobre seus anseios e perspectivas quanto à permanência e sucessão no meio rural. Por fim, no Capítulo 5 serão apresentadas as considerações finais do estudo.

Figura 1 - Estrutura esquematizada da dissertação



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste momento os esforços são direcionados a elaboração de um referencial que forneça subsídios para o alcance do objetivo proposto. Organizado em diferentes tópicos, apresenta-se, inicialmente, uma exposição conceitual sobre agricultura familiar; em seguida lançamos um olhar sobre jovens rurais, algumas noções e particularidades e, introduzimos o conceito de sucessão, dimensionando-o enquanto um processo inserido na reprodução social da agricultura familiar, bem como, aprofunda-se o debate sobre as questões de “gênero” e “geração” na agricultura familiar. Após, “amarramos” as ideias e discussões sobre jovens, mulheres e a sucessão rural, revisitando o debate em torno destas temáticas e, por fim, associamos a problemática da sucessão à uma importante iniciativa educacional: as Casas Familiares Rurais, evidenciando o importante papel desempenhado por estes espaços na formação de jovens agricultoras (es).

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR EM PERSPECTIVA

Objetiva-se neste item, delimitar e evidenciar alguns conceitos, discussões e noções em torno da agricultura familiar. Em diálogo com Spanevello (2008) e Abramovay (1998), não temos a pretensão de estabelecer uma definição precisa ou unânime, tampouco esgotar essa discussão, pois reconhecemos sua complexidade e heterogeneidade. Ao invés disso, nos propomos a revisar e ampliar o debate sobre essa importante categoria, a de agricultora e agricultor familiar.

A importância dessa categoria social para o desenvolvimento rural brasileiro é evidente, sobretudo nas regiões onde a sua presença é mais intensa, sendo responsável por boa parte da produção de alimentos de subsistência no país, pela geração de empregos, pela preservação do meio ambiente e manutenção de relações sociais entre os indivíduos (SPANVELLO, 2008; ABRAMOVAY, 2003). Nessa perspectiva, reconhecer a trajetória, a diversidade, as transformações, resistências e lutas no seio da agricultura familiar, configuram como um esforço importante na tentativa de promover o protagonismo de agricultoras e agricultores e a valorização de suas práticas e saberes.

De modo geral, pode-se dizer que, no Brasil, a década de 1990 intensifica o debate e fomento à agricultura familiar e sinaliza a conquista de sua visibilidade

política e social. Até então, não existia nenhum tipo de política pública de abrangência nacional e tampouco recursos federais específicos direcionados ao atendimento das necessidades do segmento social de agricultores familiares. De fato, o próprio conceito de Agricultura Familiar¹ era inexistente (SPANVELLO, 2008; REITER, 2007; MATTEI, 2005).

Com a criação e implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF², resultado da pressão política, de mobilizações e reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores rurais e demais movimentos sociais ligados ao campo, é inaugurado no Brasil “um momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil, ao mesmo tempo em que legitima uma nova categoria social – os agricultores familiares” (REITER, 2007, p. 04). O objetivo do PRONAF, desde a sua criação, foi de “criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo por parte daqueles que integram o regime da agricultura familiar”, pondera Mattei (2005, p.03).

Malgrado as dificuldades conceituais, analíticas e as construções diferenciadas do objeto, de acordo com Tedesco (1998; 1999; 2001), a agricultura familiar tem a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestação de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno *da e para* a família.

Parte da literatura que contempla a categoria agricultura familiar é quase unânime em afirmar que estão presentes alguns pressupostos comuns para caracterizá-la, tais como: “a diversidade de manifestações e particularidades, a ótica da continuidade-redefinição de formas, valores e tradições; a família enquanto proprietária, trabalhadora e produtora” (TEDESCO, 1999, p.33). Esses elementos, de acordo com o autor, embora aglutinados na definição de agricultura familiar, também refletem a dinâmica da sociedade moderna, que não apresenta tanta linearidade, nem tanta homogeneidade entre os agricultores.

Falar de agricultura familiar e, como consequência, utilizar a noção de unidade familiar como unidade de produção, consumo e convívio é adentrar por um terreno

¹ Para fins de enquadramento no Manual de Crédito Rural - MCR, o agricultor familiar era considerado “mini e pequeno produtor”, obrigando-os à disputa de recursos e a submissão de critérios e rotinas bancárias direcionadas ao perfil de grandes proprietários (REITER, 2007; MATTEI, 2005).

² Institucionalizado pelo Decreto Presidencial 1946, de 28 de julho de 1996.

movediço, um campo de discussões que manifesta ambiguidades, ambivalências, heterogeneidades e especificidades, pondera Tedesco (1998; 2001). Todavia,

Especificidades, comparações, olhares diversos, intercâmbios, diferenciações, formas produtivas, vínculos domésticos e trabalhos multivariados, formatos de família, etc., contribuem para redefinir tipologias e formas consensuais, recursos metodológicos de apreensão e exteriorização dos processos sociais do meio rural, envolvendo o que se convencionou chamar de *agricultura familiar* (TEDESCO, 2001, p. 13-14).

O trabalho de Gasson e Errington (1993) desenvolve uma definição detalhada sobre a agricultura familiar. Conciliando as relações entre o estabelecimento ou a propriedade e o grupo doméstico, bem como as características atuais dos estabelecimentos, o estudo define características levando em consideração fatores como a natureza da ocupação, do trabalho dos membros, gestão do estabelecimento e do processo de sucessão. As seguintes características são definidas:

- 1) A gestão encontra-se nas mãos dos proprietários dos estabelecimentos;
- 2) Os proprietários do estabelecimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- 3) É responsabilidade de todos os membros da família prover capital para o empreendimento;
- 4) O trabalho é feito pela família;
- 5) O patrimônio e a gestão do estabelecimento são repassados de geração a geração;
- 6) Os membros da família vivem no estabelecimento (GASSON e ERRINGTON, 1993, p.18, tradução nossa).

Pode-se dizer que as características definidas por Gasson e Errington (1993) se aproximam, em grande medida, dos requisitos estabelecidos pela Lei da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Familiares Rurais. De acordo com a Lei número 11.326 de 24 de julho de 2006, com base nas especificidades internas aos estabelecimentos familiares, como trabalho, família e gestão, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p.01).

O Decreto número 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agropecuária - UFPA, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, esclarece, em relação a mão de obra, renda e gestão, que o empreendimento familiar rural deverá: utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e; ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2017, p.01).

A partir das características e especificidades mencionadas, Spanevello (2008) organiza, a partir do Relatório FAO/INCRA (1994), um comparativo entre os agricultores familiares em relação aos mais capitalizados ou patronais³. Segundo o referido relatório, os agricultores familiares se caracterizam pela associação entre trabalho e gestão, direção do processo produtivo realizada pelos agricultores e suas famílias, ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos naturais e alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. Os patronais, por sua vez, apresentam completa separação entre gestão e trabalho, organização centralizada, focalizam a especialização, a padronização das práticas e as tecnologias dirigidas, com eliminação de decisão de “terreno e de momento”.

Contempladas algumas considerações teórico-conceituais acerca da agricultura familiar e da categoria agricultor e agricultora familiar, tencionamos, neste momento, uma reflexão sobre alternativas e estratégias de fortalecimento e reprodução social da agricultura familiar. Reflexão esta, que percebemos como um campo de inúmeras possibilidades, mas também de desafios e demandas latentes. Onde, o reconhecimento de seus atores, de seus espaços e de suas trajetórias de vida, torna-se fundamental para a compreensão da agricultura familiar não apenas como modelo produtivo, mas como um espaço de ressignificação do rural.

E, como de fato, a continuidade e fortalecimento da agricultura familiar, bem como a formação de novas agricultoras (es) está associada ao interesse, permanência

³ Não desenvolvemos e nem assumimos aqui o contraponto “agricultura familiar versus agronegócio”. Ao invés disso, procuramos romper as dicotomias entre as duas categorias, reconhecendo que ambas possuem características positivas e negativas em suas construções. Sustenta-se, no entanto, a opção pela abordagem à agricultura familiar, tendo em vista o perfil e as particularidades da agricultura, agricultoras e agricultores no qual o estudo se insere.

e sucessão de jovens no espaço rural, percebê-las (os) como protagonistas e força renovadora da agricultura familiar será nosso próximo desafio.

2.2 JOVENS RURAIS E A SUCESSÃO: CONCEITOS E ESPECIFICIDADES

Neste item, lançamos um olhar sobre jovens rurais e a sucessão familiar. Para tanto, ao dimensionar a sucessão enquanto um processo inserido na manutenção e reprodução socioeconômica⁴ da agricultura familiar, referenciamos alguns estudos que se dedicaram a tais temáticas.

Tais pesquisas⁵, de acordo com Spanevello (2008, p.14), buscaram compreender, entre outras questões, “a caracterização dos filhos dos agricultores familiares, suas perspectivas de permanência no meio rural e na agricultura e, conseqüentemente, a possibilidade de sucessão nos estabelecimentos agropecuários”. Em geral, mostram distintas posições entre os filhos no tocante às perspectivas sucessórias, bem como uma tendência do rural brasileiro, onde há uma maior disposição dos filhos em permanecer na atividade agrícola, em contraposição à vontade das filhas de seguir para o meio urbano, enfatiza Spanevello (2008).

Sobre o estudo da juventude rural, Wanderley (2001) complementa:

Supõe a compreensão de uma dupla dinâmica social. Por um lado, uma dinâmica espacial que relaciona a casa (família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Por outro lado, nestes espaços, a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares - que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana - centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro, que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva. As relações sociais se constroem no presente, inspiradas nas tradições familiares e locais

⁴ A ideia construída em torno da noção de reprodução social tem como “pano de fundo” a perspectiva da continuidade dos indivíduos e/ou grupos sociais. Considerando a reprodução das populações rurais, especialmente dos agricultores familiares, Spanevello (2008, p.41) observa uma divisão em torno da questão da reprodução social: “de um lado, está a reprodução cotidiana ou diária; de outro, a reprodução das gerações futuras”. Complementar a isso, Tedesco (1999) frisa que a reprodução dos agricultores está intimamente relacionada à produção e à reprodução dos estabelecimentos e dos indivíduos nela envolvidos.

⁵ Na Região Sul do Brasil, Spanevello (2008) destaca o estudo de Anjos (1995); Santos (1984); Schneider (2003); Stropasolas (2002); Tedesco (1999), Woortmann (1995) e Weisheimer (2007). Já em universos localizados, a autora cita as pesquisas realizadas por Abramovay *et al.* (1998) e Silvestro *et al.* (2001), na região Oeste de Santa Catarina.

– o passado - e orientam as alternativas possíveis ao futuro das gerações jovens e à reprodução do estabelecimento familiar. Estas dinâmicas se interligam e, através delas, emerge um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural (WANDERLEY, 2001, p.23-24).

Baseada nas referidas dinâmicas e na concepção de que a transferência e continuidade da gestão e do trabalho familiar pela próxima geração é primordial para a reprodução e manutenção dos estabelecimentos, Spanevello (2008) entende que:

A agricultura é uma ocupação que busca assegurar a continuidade do patrimônio da família através da transmissão aos seus descendentes. A lógica da sucessão baseia-se na necessidade de manter o patrimônio familiar representado pela terra. Para manter assegurada essa lógica, os agricultores buscam entre seus filhos um sucessor para o seu patrimônio. Nesse sentido, além de ter sucessor é preciso levar em conta o encaminhamento do estabelecimento aos filhos e a forma de transmissão de patrimônio (SPANEVERELLO; 2008, p.22).

Vislumbra-se assim, a essencialidade da definição de diferentes estratégias e direcionamento de esforços por partes das famílias, com vistas a assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes (WANDERLEY, 2001). Em diálogo, para Gasson e Errington (1993), a reprodução social ou reprodução intergeracional é um processo que envolve três conceitos, distintos, porém claramente relacionados:

Herança denota a transferência legal da propriedade dos ativos da empresa (incluindo terras); **sucessão**⁶ refere-se à transferência do controle gerencial sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos sucessores ou à próxima geração, enquanto a **aposentadoria** marca a retirada do atual proprietário do trabalho e do comando do estabelecimento (GASSON; ERRINGTON, 1993, p. 183, tradução nossa).

Ademais, em se tratando da sucessão, Gasson e Errington (1993) apontam que as formas de sucessão são muitas e variadas e a escolha ou identificação de um sucessor ou sucessora é fundamental para a sua efetivação. De acordo com os autores, na prática, os atuais padrões sucessórios foram resumidos em quatro modelos⁷, sendo que as evidências empíricas encontradas na literatura podem estar relacionadas a um ou mais desses padrões:

⁶ O conceito de sucessão adotado na pesquisa foi o de Gasson e Errington (1993).

⁷ É importante considerar que os modelos propostos por Gasson e Errington (1993) retratam a realidade do Reino Unido e foram elaborados há quase duas décadas. Contudo, isso não significa

- a) O potencial sucessor reside num estabelecimento separado do pai e estabelece uma forma própria de gestão e exerce o processo de tomada de decisão de forma autônoma. Também é independente financeiramente, mas assume o estabelecimento paterno em caso de aposentadoria do pai;
- b) O potencial sucessor possui um estabelecimento separado e tem boa autonomia na atividade que realiza. O mesmo aprende a desenvolver ou aprimorar as habilidades que aprendeu com o pai e possui relativa independência financeira, o que lhe permite construir algum capital próprio;
- c) O potencial sucessor reside com o pai e eles trabalham de forma colaborativa. O filho vai gradualmente aumentando sua responsabilidade na realização de algumas atividades, com possibilidade de tomada de decisão em determinadas tarefas em comum acordo com o pai;
- d) O potencial sucessor mora com o pai, mas participa muito pouco do processo de tomada de decisões das atividades do estabelecimento, apesar de conviver e trabalhar com seu pai e sua família por muitos anos no mesmo estabelecimento. O filho é tido como uma força de trabalho importante no estabelecimento e assume como sucessor em caso da morte ou aposentadoria do progenitor. Nesse caso, o sucessor é menos preparado para assumir o estabelecimento em razão da pouca experiência administrativa realizada durante sua vida⁸ (GASSON; ERRINGTON, 1993, p.204-205, tradução nossa).

Em linhas gerais, a literatura referente à sucessão na agricultura enfatiza dois aspectos centrais: é fundamentalmente um processo com diferentes fases/estágios e é marcada pelo processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento (SPANVELLO, 2008).

Mas, afinal, por que a sucessão é importante? Em termos simples, para Lobley (2010, p.840), “a sucessão intergeracional representa a renovação da propriedade familiar e pode potencialmente atuar como um útil corretivo ao abordar a população aparentemente cada vez mais envelhecida entre os agricultores”. Onde, o que está em jogo nesse processo, “mais do que o futuro de certas empresas e famílias, é o próprio destino de boa parte das regiões que hoje passam por processos severos de êxodo rural” (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p.17).

Abramovay *et al.* (1998) e Brumer, Spanevello e Lopes (2008) enfatizam que, fortalecido pelas transformações registradas na atividade agropecuária nas últimas

que a proposta não tenha validade para outros contextos rurais ou que sejam modelos ultrapassados, lembram Moreira e Spanevello (2019).

⁸ Assim como na divisão do trabalho dos homens e trabalho das mulheres, constatada no estudo dos referidos autores, o processo sucessório também é fortemente marcado pela desigualdade de oportunidade entre homens e mulheres. Mas, e no que compete aos modelos sucessórios apresentados por Gasson e Errington (1993): os mesmos dão conta das questões de gênero envolvidas no processo de sucessão familiar? As filhas e potenciais sucessoras também encontram espaço, assumem protagonismo e têm igualdade de oportunidades em termos de participação, autonomia e independência no processo sucessório? Ou as mesmas são percebidas apenas na condição de filhas e/ou esposas de agricultores? Deste modo, introduzimos a discussão de gênero, que será posteriormente problematizada.

décadas, o modelo agrícola brasileiro acelerou o processo de marginalização dos agricultores familiares, contribuindo para aumentar o êxodo rural e o esvaziamento das pequenas cidades do interior. Com efeito, muitos estabelecimentos familiares não encontravam sucessores entre os filhos dos proprietários. Admite-se, pois, que a escolha da vida na área rural não se restringe, unicamente, a razões profissionais, mas se fundamenta, igualmente, numa avaliação positiva sobre o próprio modo de vida e sobre os atributos da vida no campo, no que se refere, especialmente, aos vínculos pessoais com o lugar, à qualidade de vida e a qualidade das relações sociais. Onde, se por um lado a permanência no campo, como agricultor, pode significar apenas a aceitação de uma realidade “naturalizada”, da mesma forma, a migração frequentemente pode vir a ser, não o caminho para a realização dos sonhos, mas o meio para escapar, de alguma forma, das restrições da vida local, tanto no plano familiar quanto no plano da sociedade local (WANDERLEY, 2001).

Sob esse prisma, pensar na juventude rural a partir da percepção das transformações nas estratégias de reprodução das famílias agricultoras implica, necessariamente, problematizar questões vinculadas a estes espaços, como o êxodo rural, especialmente a partir da tendência da saída de jovens, a crise dos processos sucessórios, a masculinização⁹ e o envelhecimento dessas populações. Na mesma linha, três elementos são apontados por Camarero *et al.* (2009), observando o caso da Espanha, como as principais ameaças à sustentabilidade das áreas rurais: desequilíbrios demográficos, desigualdades de gênero e diferenças no acesso à mobilidade.

No Brasil, o estudo de Camarano e Abramovay (1999), que utilizou dados secundários para mostrar as características das grandes regiões brasileiras em termos de demografia rural, revela que, como consequência da migração seletiva nas áreas rurais, onde os jovens eram os que mais vêm deixando o meio rural e, entre esses, a predominância das mulheres, o processo de envelhecimento e masculinização da população rural vêm se intensificando e demandando estudos no

⁹ De acordo com Camarero *et al.* (2009, p.50), “uma das principais características das populações rurais é a considerável masculinização. Quando falamos em masculinização rural, nos referimos a um desequilíbrio demográfico que se especifica em um déficit de mulheres no que diz respeito à proporção que naturalmente deveria existir entre os dois sexos ou razão biológica” (tradução nossa).

âmbito de análise da situação demográfica do meio rural brasileiro e dos movimentos migratórios rurais¹⁰.

Mais recentemente, frente a um contexto de expressivas mudanças na economia agrícola e na sociedade rural, Maia e Buainain (2015) realizaram um trabalho de análise das principais mudanças demográficas no meio rural entre os anos de 1991 e 2010. Os autores fazem uma leitura a partir de informações dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e compreende mudanças no número e participação dos residentes rurais, na distribuição de suas características socioeconômicas, distribuição regional e a nova configuração da família rural. O estudo desenvolvido por Maia e Buainain (2015) pode ser percebido, desse modo, como uma continuidade do estudo de Camarano e Abramovay (1999), especialmente ao introduzir dados atualizados em suas análises.

Reforçando as tendências e problemas sociais verificados nos espaços rurais, em termos demográficos, Camarano e Abramovay (1999) expõem que, a população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970 com 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% do total. Entre 1970 e 2010, a participação da população rural caiu de 44% para 15,6%, o que qualifica a velocidade do processo de urbanização no Brasil, atestam Maia e Buainain (2015). De acordo com os autores, vários fatores podem ser apontados como determinantes da expressiva redução da população rural, incluindo fatores endógenos e exógenos à estrutura familiar.

A grande novidade com relação aos anos anteriores, entretanto, está no Sul. Spanevello (2008) revela que na região Sul do Brasil, até o final da década de 1960, período em que se inicia a modernização da agricultura, não haviam problemas relacionados à sucessão e “a instalação de novas gerações de sucessores, nem mesmo se cogitava a ausência de sucessores entre as famílias” (SPANEVERELLO, 2008, p.51)¹¹. Durante os anos 70, quase metade (45,5%) da população rural que reside nesta região no início da década sai do campo e vem daí nada menos que 29% de todos os migrantes rurais do país. No período de 1991/2000, o maior ritmo de perda

¹⁰ Neste documento, foram divulgados por Camarano e Abramovay (1999) os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento sobre a evolução histórica dos movimentos migratórios rural-urbanos e, de maneira mais geral, sobre as condições de vida no campo.

¹¹ De fato, “nas áreas rurais, a falta de sucessores para a atividade agrícola ameaça a sustentabilidade da pequena unidade produtiva familiar a médio e longo prazo”, sustentam Maia e Buainain (2015, p. 03), revelando, pois, a urgência e emergência da problematização de tais questões.

populacional na área rural foi observado na região sul, aproximadamente 2,0% ao ano (IBGE, 2011; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

A questão da masculinização e do envelhecimento da população rural, no cenário nacional e, especialmente na Região Sul do Brasil, são consideradas como grandes transformações incidentes no meio rural e seus impactos já foram alvos de discussões de autores como Camarano e Abramovay (1999), Abramovay *et al.* (1998) e outros realizados por Abramovay e colaboradores no final da década de 90 e início dos anos 2000. Mais recentemente, autores como Anjos, Caldas e Pollnow (2014), Anjos e Caldas (2005), Froehlich *et al.* (2011), Brumer, Spanevello e Lopes (2008), Brumer (2007), Maia e Buainain (2015), Costa, Froehlich e Carpes (2013) e outros, têm incorporado tais temáticas e discussões em suas pesquisas.

Para tais autores e segundo resultados do último Censo Agropecuário, questões associadas ao êxodo, envelhecimento e masculinização das populações rurais são antigas, mas permanecem recentes e configuram como um dos grandes desafios e gargalos do rural brasileiro, especialmente quando se trata da agricultura familiar. Sobre tais fenômenos, Abramovay *et al.* (1998) acentuam:

Ao **envelhecimento** acopla-se, mais recentemente, um severo processo de **masculinização** da juventude. As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este “viés de gênero” não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas à precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p.16).

Considerando que nem sempre as condições ideais para uns são as mesmas para os outros, uma das explicações apontadas por Carneiro (2007, p.60) para a migração das moças para as cidades em proporções superiores aos rapazes está na ausência de “um espaço de realização profissional para a mulher nas áreas rurais agrícolas”. De modo geral, “a mulher não é reconhecida como trabalhadora agrícola ou não deseja para si esse papel, fato que ao mesmo tempo é resultado de uma discriminação, mas que acaba por impulsionar as jovens a níveis mais elevados de educação e à migração para o meio urbano” (CARNEIRO, 2007, p.60).

Seja na agricultura ou em atividades rurais não-agrícolas, a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, tanto por razões econômicas, quanto pela natureza da relação entre as gerações e entre gêneros. Onde, tem-se total convicção de que “o interesse dos jovens pela vida no

meio rural passa pela valorização de suas iniciativas e, portanto, pelas responsabilidades que eles puderem assumir no interior das unidades produtivas” (ABRAMOVAY *et al.* 1998, p. 92).

Frente às transformações que envolvem o meio rural e os agricultores familiares e as implicações disso na dinâmica interna familiar e na perspectiva de permanência das filhas e filhos, Spanevello (2008) introduz uma importante análise em seu estudo. A autora apresenta uma revisão bibliográfica enfocando a sucessão em dois momentos: no primeiro, a sucessão com referência ao passado (anterior à década de 1970), quando as possibilidades eram maiores e mais fortemente asseguradas e; num segundo momento, a sucessão atual, cuja manutenção dos estabelecimentos passa por mudanças.

Produto dessas análises, a autora enfatiza que, se, até o final dos anos 60, a continuidade da ocupação agrícola e a pressão moral prevaleciam, onde os filhos reproduzem a profissão paterna e as filhas a profissão materna, seria um exagero dizer que esse processo faz parte do passado e hoje a escolha da profissão é livre e soberana ou que o fato dos filhos serem descendentes de agricultores e participarem do processo de socialização e trabalho familiar garantem a sua permanência nos estabelecimentos. Da mesma forma, não se pode afirmar que os filhos, ou todos os filhos, não desejam seguir na atividade paterna ou que as relações familiares e a família, enquanto instituição formadora tenha perdido a validade (SILVESTRO *et al.*, 2001; TEDESCO, 1999; WANDERLEY, 2001).

O fato é que, de acordo com Spanevello (2008), a sucessão passa por “reviravoltas”. Atualmente, o processo de sucessão na agricultura familiar é marcado por indefinições e incertezas, pois as regras estabelecidas ou padrões sucessórios antigos estão perdendo a validade, sem que outras novas sejam estabelecidas (SILVESTRO *et al.*, 2001).

O meio rural e a agricultura estão vivenciando profundas transformações estruturais ao longo das últimas décadas. A unificação dos mercados de bens simbólicos, a modernização da agricultura, a transformação tecnológica e a globalização são alguns dos processos problematizados nas análises de Spanevello (2008). Como resultados, os impactos negativos são sociais, econômicos e ambientais, dentre os quais está a saída ou o êxodo da população do meio rural.

Spanevello (2008) sinaliza em seu estudo que as alternativas em termos de escolha profissional são muito maiores em relação àquelas oferecidas às gerações

passadas, de modo que, a própria agricultura pode ser uma escolha, face a outras possibilidades. Os filhos parecem “aceitar” ou “escolher” se tornarem sucessores a partir de determinadas condições favoráveis internas ao estabelecimento e à agricultura. Segundo a autora, “a sucessão depende de fatores subjetivos e objetivos. As normas unicamente sociais cederam espaço a outras dimensões (inclusive a econômica) e modos de pensar a ocupação agrícola e a agricultura” (SPANEVERELLO, 2008, p.61).

Da mesma forma, permanecer no campo, na concepção de Carneiro (2007) demanda uma mudança do valor atribuído à agricultura, compartilhado, em muitos casos, pelos próprios pais que querem poupar os filhos das dificuldades e sofrimentos pelas quais passaram, ameaçando com isso a própria reprodução social das unidades familiares. Isso pois, permanecer ou retornar para o campo não significa necessariamente uma derrota ou um fracasso para o jovem, mas pode ser resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida oportunizado pelo fato de “morar com a família, junto de amigos e parentes, compartilhando os mesmos códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades” (CARNEIRO, 2007, p. 60).

Face às novas configurações, ressignificações e resistências percebidas no rural e que influenciam, sobremaneira, a reprodução social na agricultura familiar, empreendemos esforços, nesse momento, à discussão do processo sucessório a partir de uma perspectiva de gênero e geração.

2.3 UM OLHAR SOBRE GÊNERO E GERAÇÃO: O RURAL EM EVIDÊNCIA

O propósito deste capítulo é lançar um olhar sobre questões de “gênero” e “geração” estabelecidas no seio da agricultura familiar, buscando perceber e entender as dinâmicas e relações ali presentes. A motivação por essas temáticas decorre, por um lado, do aumento de problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares; e, por outro lado, dos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com a predominância de jovens e mulheres.

Considerando as novas formas de produção na agricultura, as mudanças nas organizações familiares e as perspectivas de futuro, tais fenômenos se apresentam como uma problemática social emergente, (STEIN *et al.*, 2019), pois causam o

desgaste do tecido social do meio rural que, além de envelhecer, se masculiniza (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; WEISHEIMER, 2004).

Autores asseguram que, devido especialmente à invisibilidade de seu trabalho e as relações sociais desiguais e excludentes presentes no interior da agricultura, as mulheres tendem a deixar as áreas rurais em maior proporção do que os homens; e os jovens emigram em maior proporção que os adultos (SILVESTRO *et al.*, 2001; ABRAMOVAY *et al.*, 1998; BRUMER, 2004; 2007; BRUMER; DOS ANJOS, 2008).

De fato, a problemática da reprodução da agricultura familiar torna-se ainda mais complexa à medida que são trazidos à tona elementos de diferenciação de gênero e geração que com ela interagem. Daí a necessidade e a importância de perceber e oportunizar que jovens e mulheres assumam o protagonismo, especialmente pelo relevante papel que cumprem no interior das famílias e, sobretudo, no processo de sucessão dos estabelecimentos familiares. Em diálogo com Menasche e Escher (1996), tem-se o entendimento de que:

Mulheres agricultoras, trabalhadoras, produtoras de alimentos. Seu reconhecimento pela sociedade é parte da luta pelo reconhecimento da importância que tem a agricultura familiar para essa sociedade. Lutar pela valorização dessas mulheres é entender que a valorização da agricultura familiar passa pela afirmação do valor que têm para a sociedade as pessoas que fazem essa agricultura, homens e mulheres, crianças, jovens e idosos. E isso coloca um grande desafio, [...] desafio de efetivamente incorporar a perspectiva da equidade de gênero, [...] o desafio de lutar pela valorização da agricultura familiar, transformando as relações sociais de gênero (MENASCHE; ESCHER, 1996, p.95-96).

No universo dos estudos rurais ou das sociedades camponesas, Woortmann (2010, p. 11) enfatiza que “a dimensão de gênero e geração pode ser identificada de forma implícita ou indireta desde os estudos de Chayanov, os quais serviram de base para a maior parte das pesquisas das décadas de 1960 e 1970”.

Nos anos 1980, embora as discussões de gênero e geração no universo rural ainda não tenham atingido peso próprio, várias pesquisadoras iniciaram suas trajetórias de estudos nesse âmbito. Ainda que nem sempre centradas neles, esses estudos foram fundamentais para o desenvolvimento acadêmico, ao mesmo tempo em que sua participação em movimentos sociais foi fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas, através do qual uma série de conquistas foi alcançada pelas mulheres rurais. Dentre as pesquisadoras que se destacaram nos anos 80 e 90 e foram citadas por Woortmann (2010), serão trazidas e incorporadas

ao estudo, especialmente, as contribuições de Maria Ignez Paulilo, Anita Brumer, Renata Menasche e Maria José Carneiro.

Se, por um lado, o recorte de gênero muito pouco aparece como problemática central articulada à juventude rural (CASTRO et al., 2009), por outro, iniciativas e caminhos trazem novos aportes, incitam novas pesquisas e contribuem para sua visibilização enquanto área específica de estudo e de empoderamento das próprias jovens e mulheres rurais. Como destacado por Woortmann (2010), estudos atuais estão apontando para temáticas novas ou desde uma perspectiva renovada. Assim,

As especificidades de grupos de idade rurais, idosos e jovens, por exemplo, se anteriormente eram analisados no contexto da família camponesa, na dinâmica dos grupos domésticos, hoje possuem o *status* de objeto específico, no qual novos papéis, espaços e contextos simbólicos e sociais são incluídos. Se antes os estudos se detinham sobre o potencial produtivo desses atores, seus acervos de conhecimentos tradicionais ou incorporação de novos, hoje se discute também, por exemplo, questões de saúde, o seu dilema entre sair ou ficar com as peculiaridades de seus projetos de migração, seu papel econômico face à renda obtida pela aposentadoria, novas modalidades de trabalho assalariado, auxílios e rendas complementares governamentais, etc. (WOORTMANN, 2010, p.13).

Assim como Aguiar e Stropasolas (2010), admitimos que a análise de questões que contribuem para a permanência de mulheres e jovens do meio rural são elementos fundamentais para se compreender as redefinições demográficas em curso nas regiões coloniais do Sul do Brasil, especificamente, a migração de jovens do campo para a cidade, o envelhecimento e a masculinização da população de determinados territórios rurais dessa região.

De tal maneira, em harmonia com Woortmann (2010, p.14), “são os caminhos rurais, nem sempre fáceis, mas certamente desafios fascinantes”, que aqui serão trilhados e explorados. Convictos de que, lançar um olhar sobre “jovens” e “mulheres” em contextos rurais é uma forma de reconhecer o papel e a importância destes, - por vezes esquecido ou pouco referido, especificamente no que diz respeito ao processo sucessório e o futuro da agricultura familiar.

Não desenvolvemos aqui uma contextualização sobre a história das mulheres e lutas feministas, tampouco nos alongamos nas considerações acerca da categoria “juventude”. Ao invés disso, nos dedicamos a construir o diálogo sobre o tema a partir de alguns estudos que têm se dedicado às temáticas de gênero e, particularmente, às

mulheres rurais e as relações de gênero em referência ao meio rural brasileiro, sobretudo àqueles realizados na Região Sul do Brasil¹².

A dimensão “gênero”, considerada como categoria analítica, foi aqui apreendida a partir do trabalho referencial de Joan Scott (1995)¹³. Segundo a historiadora Joan Scott (1995):

O termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade (SCOTT, 1995, p.72).

A introdução do caráter relacional do gênero levou a uma revisão dos estudos centrados nas mulheres e apontou para a necessidade de estudos sobre as relações de gênero, uma vez que a história das mulheres não pode ser vista separada da história dos homens. O mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não são esferas separadas (ARAÚJO, 2005). De acordo com Scott (1995),

O termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p. 75).

Por meio de uma abordagem pós-estruturalista, na definição de Scott (1995, p.86), gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e também “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. O núcleo da definição da autora repousa, portanto, em uma conexão integral entre as duas proposições. De modo análogo, Menasche e Escher (1996) ponderam que gênero é um conceito:

É um conceito que serve para explicar as relações entre homens e mulheres. [...] por muitos anos se acreditou que eram as diferenças biológicas que explicam as desigualdades entre homens e mulheres. O conceito de gênero

¹² Na seção 2.4 faremos o detalhamento e nos debruçamos sobre tal proposta.

¹³ No meio acadêmico, a discussão sobre gênero teve forte influência da historiadora estadunidense Joan Scott com o seu texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.

expressa um outro entendimento: as diferenças são socialmente construídas. Isso significa que homens e mulheres são “moldados” pela sociedade, o ser homem e o ser mulher correspondem a papéis sociais estabelecidos: masculino e feminino. E, se são papéis sociais construídos historicamente e não determinados pela natureza, podem ser modificados. Gênero é um conceito relacional: vê um em relação ao outro. Isto significa que os papéis sociais masculino e feminino não existem isolados, um é construído na relação com o outro (MENASCHE; ESCHER, 1996, p.12-13).

Tal definição traz como pressupostos: o ser homem e o ser mulher correspondem a papéis sociais construídos historicamente, e não determinados pela natureza; os papéis sociais masculino e feminino não existem isolados, gênero é um conceito relacional e; na sociedade atual as relações entre homens e mulheres não são de igualdade, são relações de hierarquia e de poder dos homens sobre as mulheres¹⁴.

De modo complementar, para Yannoulas (2002), gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. Sua principal característica está na mutabilidade, isto é, na possibilidade de mudança na relação entre homens e mulheres através do tempo. Não se trata de um atributo individual, biológico ou inato, mas que se adquire a partir da interação com os outros e contribui para a reprodução da ordem social.

De tal modo, se as características biológicas de homens e mulheres são herdadas, enquanto as diferenças de gênero são construídas socialmente, “é somente através do reconhecimento dessas diferenças e da luta para mudar o quinhão das mulheres que se pode tornar as relações de gênero mais equitativas”, destacam Brumer e Paulilo (2004, p.171).

Quando se discute essas questões, em diálogo com Yannoulas (2002), “pretende-se debater e transformar a construção social e cultural das relações de gênero, no sentido de pluralizá-las e democratizá-las, eliminando discriminações baseadas em dicotomias e hierarquias estereotipantes”. Isso, pois “o enfoque de gênero recoloca a formulação de problemas e soluções e envolve mudanças de posicionamento e comportamento de homens e mulheres na procura da construção

¹⁴ Considerando a categoria gênero e as diferentes formas pelas quais vem sendo discutida no campo acadêmico, destacamos a complexidade desses conceitos e categorias, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas. Sob esse enfoque, faz-se referência ainda aos recentes trabalhos de Mateus Gustavo Coelho (2018) e Teixeira, Lopes e Júnior (2019). Ainda que não tenhamos explorado e esmiuçado as discussões e contribuições, destacamos a iniciativa e importância de tais pesquisas.

de sociedades mais justas (redistribuição de responsabilidades e oportunidades) (YANNOULAS, 2002, p.09).

Já com relação à noção de “juventude”, resgatamos o trabalho de Weisheimer (2009) como referência basilar. O autor, ao realizar uma tomada de posição a favor da Sociologia da Juventude, relaciona a juventude com os processos sociais, históricos e culturais, demonstrando que esta é uma categoria social, não um dado biológico ou psicológico. Nesse sentido, a juventude é percebida pelo autor como uma categoria complexa e multidimensional, que se constitui a partir de um amplo feixe de relações. Diferentes enfoques e abordagens com que a categoria juventude vem sendo interpretada nas ciências sociais também são apresentados pelo autor.

Em sua publicação “Juventudes rurais: mapas de estudos recentes”, Weisheimer (2005) identificou, entre as publicações localizadas no trabalho, cinco abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude rural: faixa etária; ciclo da vida; geração; cultura ou modo de vida e ainda representação social. De acordo com o autor, alguns pesquisadores enfatizam uma dessas abordagens, outros procuram fazer diferentes combinações entre elas. Há ainda aqueles que não se preocupam em estabelecer alguma definição sobre o que entendem por juventude e a tratam como um pressuposto, como se o termo fosse autoexplicativo.

A partir das referências e discussões tecidas por Weisheimer (2009), pode-se especificar os termos utilizados neste estudo. Assim, sustentando a proposta de analisar os anseios e perspectivas de jovens mulheres estudantes e egressas, quanto à permanência no campo e a sucessão rural, a partir de um olhar sobre as Casas Familiares Rurais (CFRs), a abordagem utilizada na definição conceitual sobre juventude foi a “juventude como faixa etária” (WEISHEIMER, 2005, p.20).

A juventude como uma faixa etária é utilizada em pesquisas que ancoram sua definição utilizando como critérios a idade dos pesquisados. Para isso, os pesquisadores geralmente se apoiam em indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais, destaca Weisheimer (2005; 2009). Além disso, o autor estabelece a faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade (jovens adolescentes - de 15 a 19 anos; jovens - de 20 a 24 anos e jovens adultos - de 25 a 29 anos) para demarcar operacionalmente a juventude. Sendo que, a partir da delimitação do autor, em nosso estudo procuramos dialogar com jovens adolescentes e jovens.

Existem dificuldades operacionais para delimitar o início e o fim do período juventude e, resultado disso é a diversidade de abordagens e definições existentes acerca dos termos jovens e juventudes. Embora criticado academicamente, o critério cronológico faz-se presente na maior parte dos estudos com jovens rurais. Portanto, apesar da ciência das limitações, deficiências e arbitrariedades dessa abordagem, tem-se a concepção de que, mais importante que consenso na delimitação de juventude, é ouvi-los e incluí-los em nossas pesquisas (WEISHEIMER, 2009; TROIAN; BREITENBACH, 2018a).

A partir da discussão empreendida até aqui sobre gênero e geração, a presente pesquisa buscará compreender a sucessão rural a partir da perspectiva das jovens mulheres. Com a intenção de lançar esse olhar sobre jovens mulheres rurais, dedicamos nosso próximo tópico ao diálogo entre as temáticas sobre as quais a pesquisa se sustenta, contextualizando e revisitando alguns estudos realizados e suas contribuições. Articulando caminhos, integrando saberes e costurando ideias, esse é o desafio a que nos propomos na Seção 2.4.

2.4 JOVENS, MULHERES E A SUCESSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: ARTICULANDO CAMINHOS, INTEGRANDO SABERES E COSTURANDO IDEIAS

Nos propomos, nesse momento, a revisitar o debate em torno das temáticas de discussão assumidas no estudo: “*agricultura familiar*” e a problemática da “*permanência, continuidade e sucessão rural*”, a partir de um olhar sobre jovens, mais especificamente “*jovens mulheres*” e o papel desempenhado pelas “*Casas Familiares Rurais*” nesse processo. Far-se-á uma leitura a partir desses temas por percebê-los como decisivos quando se pensa em temas que “atravessam” questões relacionadas à reprodução e fortalecimento da agricultura familiar e por entender que, somente com novas percepções poderemos alcançar a igualdade e o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e protagonistas da agricultura familiar. Resgatar, desenvolver e apreciar o diálogo entre tais questões é, portanto, motivo de entusiasmo.

Como afirma Castro (2008), se ser ‘jovem rural’ carrega o peso de uma hierarquia de submissão, ser ‘jovem rural’ e ‘mulher’ representa uma situação de ‘inferioridade’ ainda maior na hierarquia social. Aguiar e Stropasolas (2010) sublinham que diversas esferas, como trabalho, poder de decisão, renda, autonomia, sexualidade, liberdade, lazer, dentre outros, representam lacunas onde a jovem

mulher pode encontrar-se numa posição de desfavorecimento. E isso será expresso na natureza dos conflitos, claramente marcados pela desigualdade de gênero.

A divisão sexual¹⁵ vertical do trabalho, relativamente segmentada, é característica marcante da diferenciação de gênero e geração que ocorre na agricultura familiar. Herrera (2016, p. 208) acredita que “a situação de desigualdade de gênero no meio rural está relacionada com a naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada à relação hierárquica dentro das famílias rurais”. Sendo essa diferenciação condicionada socialmente através de vivências, símbolos e representações, que se reproduzem no cotidiano da dinâmica familiar.

A combinação dos efeitos perversos da divisão vertical e horizontal do trabalho, tida como ‘naturalizada’ no interior do grupo familiar atribui, por um lado, ao homem a responsabilidade pelo trabalho dito ‘produtivo’ (agropecuária), compreendido como toda a atividade desenvolvida para produzir bens e serviços destinados ao mercado mediante a venda ou troca e; por outro, à mulher o trabalho dito ‘reprodutivo’, que envolve cuidar da casa e dos filhos, pequenos animais, horta, etc., enfim, tudo aquilo que é feito para uso e consumo da família e, sendo pouco valorizado e reconhecido, o trabalho feminino permanece em uma certa invisibilidade (BRUMER, 2004; PAULILO, 1987; 2000; 2004; MENASCHE; ESCHER, 1996).

Complementar a isso, Menasche e Escher (1996) percebem claramente que o significado atribuído (trabalho leve ou pesado) a uma tarefa agrícola específica é construído socialmente e não a partir de qualquer determinação biológica: “o trabalho é considerado mais ou menos difícil, mais ou menos importante, conforme quem o realiza, homens ou mulheres. Também na agricultura familiar o reconhecimento e valorização do trabalho é, então, uma questão de gênero” (MENASCHE; ESCHER, 1996, p.87).

Nessa linha de discussão, Langbecker (2016) expõe que as atividades desenvolvidas no rural têm recebido atenção de algumas pesquisas, especialmente da agricultura familiar, e as marcas da divisão sexual do trabalho têm sido

¹⁵ A divisão sexual do trabalho adotada na pesquisa foi a de Hirata e Kergoat (2007). Para as autoras, “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

evidenciadas. Importante referência, a obra “O peso do trabalho leve”, de autoria de Maria Ignez Silveira Paulilo (1987) retrata essa questão.

A autora introduz depoimentos de homens e mulheres de diversas partes do Brasil e inseridos em diferentes sistemas de produção. Várias particularidades são percebidas, entretanto, o fator que as unifica é justamente a ideia do chamado trabalho “leve” ser de responsabilidade das mulheres e o trabalho “pesado” desempenhado pelos homens. “Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato” (PAULILO, 1987, p.04).

Paulilo (1987) questiona o motivo que definiria o trabalho feminino como menos remunerado. A resposta não se encontra em realidades específicas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Segundo a autora (1987):

Essa situação ocorre pela valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos [mulheres e crianças] fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987, p.07).

Ou seja, os trabalhos construídos no imaginário social como sendo “pesados” passam a ser desempenhados pelos homens e os trabalhos complementares e “leves” constituem-se como sendo responsabilidade feminina. Tal questão remete às tentativas de explicar a divisão sexual do trabalho por condições da natureza, ou melhor, pelas diferenças biológicas entre os sexos utilizados como “[...] justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2012, p. 20).

No tocante à divisão sexual do trabalho na agricultura, diversas estudiosas observaram em suas pesquisas que as mulheres (e, de um modo geral, também crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda” e não trabalho produtivo. Tais condições, a manutenção da noção do trabalho feminino como ajuda, a imposição de modelos de socialização e o viés masculino claramente presente na sucessão das propriedades rurais orientam a gradual saída das mulheres do espaço rural. As relações assimétricas entre os

gêneros, suas raízes ocultas e consequências aparentes em termos sucessórios puderam ser observadas em Aguiar e Stropasolas (2010), Abramovay *et al.* (1998), Spanevello (2008), Weisheimer (2004; 2005; 2009); Carneiro (2001), Silvestro *et al.* (2001), Brumer (2004), Castro *et al.* (2009), entre outros.

Aqui reside outro aspecto que evidencia desigualdades de gênero e fragiliza a permanência da mulher no meio rural: a herança da terra e a possibilidade de sucessão nos estabelecimentos. Para Santos (2018), a tendência da passagem da herança para os homens opera sobre o estabelecimento e restabelecimento, já naturalizado, das desigualdades de gênero. Portanto, transformar e romper paradigmas excludentes, com vistas a proporcionar modos 'outros' de vida para jovens e mulheres é o grande desafio que se coloca.

Desafio este, que em sua essência nos conduz a uma questão fulcral: o futuro das regiões rurais e, especialmente da agricultura familiar. Considerando que a reprodução da agricultura familiar ocorre de forma endógena, sendo tradicionalmente um dos integrantes da família o sucessor da unidade produtiva, logo, a disposição dos jovens filhos de agricultores familiares em suceder os pais está associada a própria continuidade da agricultura familiar (CARNEIRO, 2001; SPANEVELLO, 2008; BRUMER; PANDOLFO; CORADINI, 2008).

Associado a isso, Stropasolas (2002) menciona que o processo sucessório e, de certa forma, toda a organização do processo de trabalho é enviesado contra a mulher. Paulilo (2009)¹⁶ acrescenta que há, no Sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais, atesta, De acordo com a autora,

Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais na velhice. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos, ou quando os pais têm propriedades grandes. O que importa reter aqui é que, se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas "filhas ou esposas de agricultores" (PAULILO, 2009, p.255).

¹⁶ Este e outros importantes trabalhos de Maria Ignez Paulilo podem ser consultados em: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016. Com a coletânea, a autora possibilita a experiência privilegiada de leitura da trajetória acadêmica pioneira de uma pesquisadora brasileira que ousou transitar, interrogar e promover interlocuções com mulheres em contextos rurais plurais, por meio dos quais se produzem/reproduzem modos de vida e de trabalho.

Na mesma direção, Spanevello (2008) enfatiza que os sucessores normalmente são os filhos homens. Para sustentar a afirmação, a autora cita os trabalhos desenvolvidos por Carneiro (2001) e Santos (1984) entre os descendentes de italianos e que mostram a predominância do filho mais novo (*minorato*). Entre os alemães, Spanevello (2008) retoma o estudo de Woortmann (1995), onde há a predominância na escolha do filho mais velho (primogênito), tendência também verificada na tradição britânica, com o estudo de Gasson e Errington (1993)¹⁷.

Da mesma forma, Moreira e Spanevello (2019) citam que, estudos pioneiros sobre a reprodução social do meio rural realizados na região sul do Brasil, tais como Abramovay *et al.* (1998) e Silvestro *et al.* (2001), dão conta de mostrar que a sucessão geracional estava baseada em um modelo com as seguintes características: o sucessor é o filho mais novo ou o mais velho, geralmente do sexo masculino, que passa a herdar não só a ocupação mas o patrimônio e a responsabilidade de cuidar dos pais na velhice, segundo a lógica de que todo filho de agricultor seria um agricultor. Naquele cenário, a sucessão familiar praticamente não enfrentava problemas referentes à instalação de novas gerações de agricultores nas propriedades, pois não havia apenas o interesse dos pais em instalar o filho como agricultor, mas também dos filhos em se tornarem agricultores, sobretudo, os filhos do sexo masculino e o mais novo (MOREIRA; SPANEVELLO, 2019; SPANEVELLO *et al.* 2017; BOSCARDIN; CONTERATO, 2017).

Spanevello (2008) atesta que a escolha das mulheres como sucessora (s) era mais rara e geralmente ocorria quando não havia filhos homens ou elas eram filhas únicas. Na escolha do sucessor, a preferência recaía sobre o filho homem. As filhas também não pareciam reivindicar esse lugar e pareciam aceitar como ‘natural’ o fato do sucessor ser do sexo masculino, apontam Aguiar e Stropasolas (2010).

Observa-se que havia um fortíssimo “viés de gênero” nos processos sucessórios e que permite declarar que o “êxodo rural não parece estar ligado a

¹⁷ Gasson e Errington (1993), dedicam um capítulo da obra a discussão de questões que versam sobre o “Casamento e o papel do cônjuge do fazendeiro”. Nele, os autores procuram demonstrar que a contribuição das esposas é habitualmente subestimada e carece de maior reconhecimento. Conforme destacado, embora evidências apontem para uma abordagem mais esclarecida, muitos ainda se prendem a ideia de que uma fazenda ‘normal’ é encabeçada por um homem adulto, que é marido, pai, proprietário e controlador da fazenda, revelando, ainda, a divisão sexual do trabalho presente nas famílias agrícolas. Com efeito, a divisão desigual do poder, recursos e relações de trabalho ficam explícitas.

oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas à precariedade das perspectivas assim como o papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores” (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p.15-16). Os autores acrescentam ainda que, o caráter seletivo dos processos migratórios e que tem resultado na masculinização acelerada do meio rural, não pode ser encarada como uma “decorrência natural” do processo de desenvolvimento. Tal fenômeno pode, evidentemente, comprometer a reprodução da agricultura familiar e acelerar ainda mais o êxodo juvenil.

Com efeito, resgatar parte da produção científica que se ocupou e dedicou ao debate e análise a partir de uma perspectiva de jovens e mulheres e, especialmente com enfoque em contextos rurais é um exercício interessante. Direcionamos esforços, então, a leitura e referência de alguns destes estudos.

Inicialmente, faz-se referência a pesquisadora Karolyna Marin Herrera, a qual tem se dedicado ao diálogo e reflexão de temáticas relacionadas ao gênero em contextos rurais.

Intitulada “*Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola*”, Herrera (2015) problematiza a situação de invisibilidade e falta de reconhecimento da mulher no meio rural, através da reflexão das possibilidades de superação de sua condição aos olhos da sociedade e da própria família rural. Para tal, a autora propôs a adoção de uma perspectiva analítica dentro do âmbito da sociologia rural que pudesse priorizar os aspectos multifuncionais da agricultura, com o intuito de ir além das abordagens de orientação meramente produtivistas, oriundas da visão econômica dominante.

O ato de redirecionar o olhar para o meio rural, a partir da lente analítica da multifuncionalidade funciona como uma poderosa ferramenta que possibilita “enxergá-lo através de novas perspectivas, que consideram a manutenção e a reprodução social da agricultura familiar como eixos fundamentais para a produção agrícola, para a preservação do meio ambiente, para o fortalecimento de redes sociais e como condição de cidadania” (HERRERA, 2015, p.119).

Dada a relevância da contribuição da mulher para a reprodução social de suas famílias e da própria agricultura familiar, é imperativo compreender detalhadamente as atividades exercidas por ela através de uma lente analítica que evidencie o seu papel como trabalhadora rural tanto no aspecto produtivo como no não produtivo da agricultura, permitindo, desta forma, que

o trabalho exercido pelas mulheres rurais se torne visível à sociedade em sua integridade (HERRERA, 2015, p. 23).

Neste movimento, a autora encontra um caminho para o desvelamento de relações de desigualdade de gênero, mantidas historicamente na nossa sociedade, assim como, localiza novas possibilidades de reinterpretação e ação para as mulheres no meio rural.

Importantes contribuições também podem ser observadas em sua tese: “*A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais*” (HERRERA, 2019a). Nela, a autora realiza uma reflexão sobre o trabalho reprodutivo que as mulheres realizam em contextos rurais, levando em consideração as relações assimétricas de gênero na agricultura familiar.

Com a pretensão de contribuir com uma nova abordagem teórico-metodológica sobre o trabalho reprodutivo realizado por mulheres rurais, relativamente a duas lacunas específicas: a ausência de pesquisas na sociologia rural sobre a experiência de mulheres no trabalho doméstico e de cuidados; e a inexistência de estudos sobre a realidade rural nas pesquisas sobre gênero no âmbito da sociologia do trabalho, a autora pôde compreender e interpretar a experiência das mulheres rurais no trabalho reprodutivo. Mas, para isto, lançou mão do termo reprodutivo em contraponto ao produtivo, visando abarcar a vivência das mulheres nestas duas esferas, não só separadamente, mas, também, no seu entrelaçamento e sobreposição.

Ao debruçar-se “sobre a problematização das relações sociais que engendram e são engendradas pelas dinâmicas das práticas sociais do trabalho produtivo e reprodutivo no meio rural a partir da experiência das mulheres rurais em seus cotidianos” (HERRERA, 2019a, p.40-41), reflexões são feitas:

Ao recuperar a experiência das mulheres no meio rural é possível reconhecê-las como protagonistas, conferindo-lhes uma compreensão oposta às posições secundárias ou subalternizadas sustentadas por narrativas dominantes. Suas vidas extrapolam o paradigma hegemônico, pois estão baseadas na vivência cotidiana de forma ampliada, que embora seja determinada por estruturas sociais cristalizadas ao longo do tempo, rompem com a forma dominante de enxergar o mundo, pois as atividades realizadas pelas mulheres estão voltadas para os cuidados com as necessidades das pessoas, com as plantas e com os animais, com os afetos e com a manutenção da vida. Atividades estas que ao longo da história permitiram que a sociedade se reproduzisse não somente em termos biológicos, mas também em termos sociais, desenvolvendo vínculos e relações essenciais para a existência humana, uma vez que representam a expressão do trabalho fundamental para a manutenção da vida. Todas as atividades executadas por elas estão interligadas e se condicionam mutuamente, pretendendo, com isto,

propiciar aos seres vivos do estabelecimento rural uma melhor qualidade de vida de forma plena e integral (HERRERA, 2019a, p.201).

Herrera também é autora de outras produções (2016; 2017; 2019b) que assumem as “mulheres” inseridas no contexto da agricultura familiar como protagonistas, reforçando o empenho e entusiasmo da pesquisadora sobre tais temáticas, na medida em que as energias são canalizadas à visibilização das atividades exercidas pelas mulheres rurais e o reconhecimento do papel central que as agricultoras exercem para a manutenção e reprodução da agricultura familiar, “descortinando” aspectos menosprezados e tornando-os de interesse público.

Na mesma direção, esforços como os de Alves (2016), Gomes, Nogueira e Toneli (2016), Silva (2019) e Schneider *et al.* (2020) também são referenciados, embora não apreciados com profundidade. Estes, assim como tantos outros estudos, revelam a diversidade de olhares e a pluralidade de experiências do rural, promovem importantes discussões e problematizações sobre a construção de gênero, as relações de poder, as desigualdades sociais e desvalorização do trabalho exercido pela mulher no campo e evidenciam que, apesar dos importantes avanços e conquistas das mulheres nas últimas décadas, desafios ainda são enfrentados. A complexidade de tais questões reforça a importância e imprime a necessidade de repensar caminhos, alternativas e estratégias que atendam às necessidades das mulheres rurais, buscando romper com as desigualdades de gênero e demonstrar o protagonismo, a luta e resistência da mulher na agricultura familiar. O papel da mulher na configuração de estratégias em face desse cenário reafirma, pois, que “lugar de mulher é onde ela quiser”.

Tal colocação nos permite avançar no debate sobre questões de gênero e a manutenção e reprodução social da agricultura familiar. Para tanto, associamos a problemática da sucessão, à jovens e mulheres no contexto da agricultura familiar. Nos dedicamos, neste momento, à análise e referência de pesquisas que contemplam as temáticas, a partir de diferentes abordagens e, considerando especialmente àquelas realizadas no contexto da Região Sul do Brasil.

Primeiramente, faz-se referência ao estudo desenvolvido por Ricardo Abramovay e colaboradores, denominado *Juventude e Agricultura Familiar: Desafio dos novos padrões sucessórios* (Abramovay *et al.*, 1998). Nele, importantes discussões sobre a juventude rural e gênero são tecidas. Apesar das limitações e generalizações dos resultados obtidos - por se tratar de um estudo de caso em um

município da Região Oeste de Santa Catarina, as informações coletadas revelam que a questão do êxodo rural, ao invés de ser um processo irreversível, pode ser reduzida se houver a opção pelo desenvolvimento rural.

Como conclusões do estudo, os autores enfatizam que os padrões sucessórios dominantes na agricultura familiar representam uma ameaça ao seu próprio desenvolvimento e, conseqüentemente, à integridade do tecido social que responde pela ocupação de parte significativa do território brasileiro. Diferentemente do que aconteceu com a geração anterior, em que ser agricultor era um compromisso moral com um certo modo de vida e era no papel de mãe e esposa de agricultor que se construía o futuro da maioria das moças, (onde, na maioria dos casos a permanência no campo era vivida como fatalidade e não como opção), a agricultura aparece cada vez mais como uma escolha entre outras possibilidades, “inclusive a migração”. Para finalizar, os autores reforçam a necessidade e a urgência de se aprofundar e incorporar as dimensões de gênero e geração, “sob pena de participarem do processo que está fazendo do meio rural brasileiro, em escala crescente, um refúgio de aposentados que não conseguiram melhores oportunidades de vida nas cidades” (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p.90).

Essa primeira pesquisa subsidiou a realização de outra de maior amplitude. Sob coordenação de Ricardo Abramovay, em parceria com pesquisadores do Centro de Pesquisas para as Pequenas Propriedades (CPPP/Epagri) é realizado no Oeste de Santa Catarina, o estudo – *Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar* (Silvestro *et al.*, 2001). Realizada em dez municípios representativos da agricultura familiar do Oeste catarinense, foram entrevistados os pais, os filhos e as filhas de 116 estabelecimentos representativos de um universo de aproximadamente 70 mil unidades familiares de produção.

Como parte de uma linha de pesquisa que trata especificamente da questão sucessória na agricultura familiar, e onde se discutem os fatores determinantes na formação profissional das novas gerações de agricultores, os autores constataram que a população que migrava para outras regiões era majoritariamente composta por jovens e, dentre estes, os que possuíam um nível de escolaridade maior. Entretanto, o êxodo de jovens e, sobretudo, de mulheres, não estava associado apenas às questões econômicas, mas aos impasses relacionados à questão da sucessão hereditária e o viés de gênero relacionados à agricultura.

Ademais, os autores afirmam que a população vivendo hoje no meio rural do Oeste de Santa Catarina é suficientemente importante para que um conjunto ativo de políticas possa despertar o interesse dos jovens em sua valorização. Entre estas ações, duas são consideradas mais importantes: a que procura destinar as terras cujos sucessores já saíram do meio rural aos jovens agricultores desprovidos de terra e a que cria um programa de educação formal e de capacitação profissional para os jovens que serão os prováveis sucessores das atuais unidades produtivas. Silvestro *et al.* (2001, p.111-112) defendem que:

É fundamental que se criem mecanismos que permitam aos filhos de agricultores – sobretudo aqueles com desempenho econômico mais precário - o acesso a cursos técnicos de nível médio voltados para a agricultura e ao meio rural. Além disso, deve-se estimular e fortalecer iniciativas de formação de jovens agricultores existentes na região, como a experiência das Casas Familiares Rurais [...] (SILVETSRO *et al.*, 2001, p.111-112).

No estudo desenvolvido por Spanevello (2008): *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*, a autora enfoca o processo social da sucessão entre os agricultores familiares localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana, Rio Grande do Sul. Onde, verifica-se sob que condições produtivas, econômicas e sociais os agricultores asseguram ou podem assegurar a sucessão ou não dos seus estabelecimentos, bem como a transmissão do patrimônio em casos de sucessão e de não sucessão. Nesse caso, foram analisados agricultores com e sem sucessão.

Como resultados, observa-se que as condições produtivas, econômicas e sociais são distintas para cada grupo analisado (com e sem sucessores). No comparativo, coube aos agricultores com sucessores as melhores condições produtivas, econômicas e também o estímulo dos filhos continuarem na agricultura. Quanto aos arranjos relativos à transmissão do patrimônio, os agricultores com sucessão demarcam a transmissão do patrimônio como um processo tardio e asseguram o estabelecimento para os filhos, majoritariamente um só filho homem, com arranjos variados de compensação aos demais. Já os agricultores sem sucessores apresentam como arranjos a venda ou passagem do estabelecimento para os filhos, numa tentativa de assegurar a assistência aos pais na velhice.

A divisão entre agricultores sem e com sucessão estabelecida pela autora é particularmente interessante, pois dimensiona fatores que favorecem ou desfavorecem a sucessão. Embora o estudo se detenha sobre questões econômicas

e sociais objetivas, aponta ainda entre os motivos que interferem na decisão dos jovens de permanecer ou sair da agricultura: as mudanças nas relações entre pais e filhos e o “afrouxamento” do papel dos pais na decisão sobre o destino dos filhos; a maior circulação dos jovens em espaços urbanos; às condições produtivas desfavoráveis dos estabelecimentos; a busca de autonomia financeira e prosseguimento dos estudos, bem como a sua preferência pelo lazer urbano.

De acordo com a autora, a saída dos jovens pode resultar na redução das características agrícolas dos municípios, especialmente no que diz respeito à agricultura familiar. As implicações também recaem sobre a dinâmica do tecido social, através do aumento do número de pessoas idosas, diminuição do número de jovens e, entre estes, moças, possibilitando o agravamento de processos sociais, tais como a masculinização e o envelhecimento no meio rural.

Nesse ponto, o estudo permitiu uma análise da dimensão de gênero entre os dois grupos de agricultores analisados: as famílias que contam com um número maior de filhas do que de filhos, ou que contam somente com filhas, têm maiores dificuldades em ter sucessor (a). Ademais, a chance de as filhas serem sucessoras se resume praticamente ao fato de serem filhas únicas ou inexistir filhos varões.

Observa-se que as mulheres são vetadas no acesso ao estabelecimento, mesmo quando pretendem permanecer no meio rural e casar-se com um rapaz agricultor. As filhas passam a ter direito igualitário à terra quando o patrimônio perdeu a função agrícola e o sentido da construção da identidade do agricultor. A situação das filhas, nesse caso, pode ser resumida da seguinte forma: ganhar terra quando esta não tem mais valor econômico para a família ou não ganhar quando a terra é essencial para a reprodução do estabelecimento, pontua Spanevello (2008).

É salutar fazer referência a um dos mais importantes e consistentes estudos desenvolvidos sobre a perspectiva geracional na agricultura familiar - *A situação juvenil na agricultura familiar*, de autoria de Nilson Weisheimer (2009). Realizado junto a jovens ocupados na agricultura familiar de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, foi possível “identificar os traços distintivos da situação juvenil na agricultura familiar e explicar a construção de seus projetos profissionais”. Como contribuição metodológica, foi proposto um modelo descritivo da situação juvenil com quatro dimensões analíticas: dos recursos materiais, dos processos de socialização, das representações sociais e dos projetos juvenis.

De acordo com o autor, o conjunto de informações revela que as diferenças na socialização dos jovens agricultores familiares, – a partir das condições de estudo e escolaridade dos jovens, reforçam os papéis sociais que vêm sendo assumidos segundo a condição de gênero e idade. Constata-se a tendência de uma escolarização mais elevada entre as mulheres, que contam com o incentivo de seus pais, visando a garantia de uma melhor colocação profissional no mercado de trabalho não-agrícola. O que se deve, como revelam outros estudos, às dinâmicas sucessórias que tradicionalmente excluem as mulheres da herança da terra e da sucessão hereditária do patrimônio familiar.

No que versa sobre a disposição dos jovens em reproduzir o modo de vida dos pais, a partir de uma perspectiva dos jovens, dando voz aqueles que são, efetivamente, os que realizarão os projetos sucessórios das famílias, o autor buscou explorar como eles se posicionam em relação às possibilidades de sucessão da unidade de produção familiar. Constatou-se que as pretensões juvenis quanto ao processo sucessório do estabelecimento familiar são fortemente marcadas pela condição de gênero. Onde, o dado mais díspar repousa entre os que não querem suceder: o percentual feminino é o dobro do masculino.

Entre os resultados, Weisheimer (2009) verifica que a situação juvenil na agricultura familiar é marcada por uma baixa autonomia material e uma distribuição desigual dos recursos entre os sexos e as idades. Além disso, é visível a divisão verticalizada e desigual do trabalho familiar, as tarefas administrativas, agrícolas e domésticas são distribuídas de modo diferenciado entre sexos e faixas de idade. A primeira é concentrada na figura do pai, que atua como chefe do estabelecimento. Nas tarefas agrícolas predomina a força de trabalho de toda a família, enquanto as tarefas domésticas ficam sob a responsabilidade exclusiva das mulheres.

Constata-se assim, uma nítida diferenciação sexual nesta socialização: os jovens homens vão assumindo, aos poucos, a responsabilidade pela realização de certas tarefas agrícolas, enquanto que o trabalho agrícola realizado por mulheres jovens é invisibilizado por meio das categorias “toda a família” e a expressão “ajuda”. Elas também compartilham com suas mães a responsabilidade com as tarefas domésticas que não se limitam ao espaço da casa. As jovens mulheres realizam as atividades menos valorizadas no trabalho e, por consequência, ocupam as posições mais subalternas na hierarquia familiar.

Na tentativa de identificar as relações entre os projetos profissionais formulados por jovens agricultores familiares e as dimensões da situação juvenil (recursos materiais, processo de socialização e representações sociais), o autor constatou que estes projetos são influenciados, em diferentes graus, pelas oportunidades objetivas de reprodução das unidades de produção familiar das quais os jovens entrevistados fazem parte, as quais incluem, além das formas de acesso à propriedade fundiária, a efetiva alocação de recursos materiais que possibilitem aos jovens dispor de autonomia para tomarem suas próprias decisões e acessarem os resultados de seus esforços produtivos.

Os dados obtidos por Weisheimer (2009) permitem concluir que os projetos profissionais derivam da própria situação juvenil na agricultura familiar, com suas diferenciações sexuais e etárias, presentes na estrutura das práticas do trabalho e na incorporação das disposições necessárias à sua reprodução. A interação entre as representações dos jovens sobre o trabalho agrícola e o modo de vida dos pais permitiu compreender melhor as dinâmicas da reprodução geracional do trabalho familiar agrícola, que depende da reafirmação não só de uma posição no mundo social, mas, também, de sua visão de mundo correspondente. Explica-se, assim, porque mesmo em condições de baixa autonomia material predominam entre os entrevistados projetos profissionais agrícolas e a recusa por parte das mulheres jovens adolescentes de permanecer nesta atividade, finaliza Weisheimer (2009).

Brumer e Spanevello (2008) também deixam suas contribuições, por meio do estudo – *Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil*. Dentre elas, destaca-se a perspectiva comparativa entre jovens rurais dos três estados da região sul do Brasil, o aprofundamento da questão de gênero, possibilitando uma compreensão mais elaborada dos interesses e aspirações de rapazes e moças, bem como a avaliação de ambos sobre a vida atual e futura no meio rural e ampliação da análise das motivações para seguir ou não na profissão de agricultor (a).

Como conclusões do estudo, as diferenças de gênero assumem centralidade. Tal aspecto permite estabelecer conexões entre a maneira como rapazes e moças se envolvem na divisão do trabalho, na partilha da renda, nas avaliações que fazem sobre seu modo de vida atual, nas aspirações educacionais e ocupacionais e na perspectiva de sucessão na propriedade familiar. As autoras identificaram entre os jovens do sexo masculino maiores chances de serem sucessores das propriedades familiares no

futuro. Por outro lado, as jovens mulheres demonstram maior interesse do que os rapazes na continuidade dos estudos e na motivação para sair do meio rural.

Anita Brumer em parceria com outros pesquisadores (BRUMER, 2004; 2007; BRUMER; DOS ANJOS, 2008; BRUMER; PAULILO, 2004; BRUMER *et al.*, 2000; BRUMER; PANDOLFO; CORADINI, 2008; BRUMER; SPANEVELLO; LOPES, 2008) também tecem importantes contribuições ao utilizarem jovens e mulheres como objeto de análise. A abordagem de problemas relativos às articulações entre a sucessão na propriedade familiar e outras estratégias de reprodução social, como o êxodo rural, as migrações, o celibato e o estabelecimento de alianças matrimoniais compreendem o escopo de discussões. Atenta-se, de modo especial, a desigualdade de gênero e a divisão do trabalho por sexo e geração nesse processo, em particular a exclusão das mulheres da sucessão e a relativa invisibilidade do trabalho desempenhado por jovens e mulheres e, portanto, menor motivação para permanecer no meio rural¹⁸.

No conjunto de estudos e reflexões sobre juventude e sucessão na agricultura familiar, é importante mencionar e reconhecer, no contexto da região Oeste de Santa Catarina, trabalhos como os de Stropasolas (2002; 2004), Kummer (2013), Bianchini (2010) e a recente obra de Zonin e Kroth (2021)¹⁹. Esses estudos colocam em relevo as representações dos grupos sociais “esquecidos” no espaço rural, dos “outros” na agricultura familiar, particularmente mulheres e jovens. São tecidas discussões e problematizações acerca dos projetos, motivações e relações estabelecidas no processo de permanência dos jovens e mulheres no meio rural, bem como o futuro das unidades de produção familiar em situação de ausência de sucessores.

A partir das discussões que envolvem “jovens, mulheres, continuidade, permanência e sucessão rural”, a análise das perspectivas acerca da sucessão familiar e permanência no campo, bem como aspectos que orientam e influenciam

¹⁸ Além destes, outros estudos que se dedicaram ao diálogo de questões relacionadas a permanência e a saída de jovens do meio rural, incluindo uma perspectiva de gênero e/ou geração, serão referenciados na Seção 4. O objetivo será incorporar e estabelecer um diálogo entre estudos recentes sobre o tema e os resultados obtidos em nossa pesquisa.

¹⁹ A mesma reúne o esforço coletivo e solidário de professores, pesquisadores, estudantes, agricultores familiares, jovens do meio rural, sindicatos, cooperativas, a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, entre outras instituições de ensino superior do Sul do Brasil, tendo como eixo central, a apresentação de resultados do projeto de pesquisa, ensino e extensão intitulado “Fortalecimento da Juventude Rural na região Oeste de Santa Catarina”, realizado pela UFFS. Com o objetivo de “contribuir na formação da juventude rural, futura sucessora de produção agrícola, visando, sobretudo, potencializar o acesso aos mercados institucionais, como caminho para sua inclusão produtiva e social”, o projeto promoveu a capacitação de 50 jovens agricultores, com perfil de sucessor familiar, residentes em 46 municípios da região Oeste.

nas decisões daqueles que orquestram toda a dinâmica da sucessão na pequena propriedade rural, entre “ficar ou sair”²⁰ do meio rural são necessárias.

Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021), a partir de discussões teóricas, identificaram três grandes categorias que influenciam a permanência do jovem no meio rural: história familiar e com o campo, que evidencia os conflitos, sentimentos e relações entre pais e filhos durante os anos de vida na propriedade rural; estímulos/obstáculos à permanência no campo, como a condição econômica e social da família e a atratividade do meio urbano e; perspectivas, alternativas e possibilidades, em que a decisão de permanecer na propriedade rural, ou não, é afetada diretamente pelo processo sucessório e as diversas relações que são estabelecidas entre o meio rural e o urbano. Na mesma linha, em pesquisa coordenada por Brumer sobre os jovens nos três estados do Sul, identificou-se que:

A perspectiva de continuidade da agricultura familiar e de suas unidades produtivas depende de uma série de fatores que dificultam ou facilitam a permanência dos jovens. Esses fatores não são únicos nem isolados, mas interligados entre si e dizem respeito às condições socioeconômicas familiares e da unidade produtiva; ao tipo de trabalho (agrícola ou não agrícola) realizado; às oportunidades de trabalho existentes na agricultura familiar e em atividades não agrícolas no meio rural ou nas cidades próximas aos locais de residência, para jovens de ambos os sexos; à educação; ao acesso ao lazer, ao tipo de lazer existente e às expectativas dos jovens sobre o lazer no meio rural; à participação e ao envolvimento em movimentos sociais; à possibilidade de o jovem ter trabalho remunerado e autonomia para tomar decisões sobre seu trabalho e seus gastos pessoais; à perspectiva de herdar a propriedade; à percepção sobre o trabalho agrícola e o modo de vida no meio rural; ao acesso ao crédito e a políticas públicas de auxílio aos jovens; à perspectiva matrimonial com moças ou rapazes do meio rural. São dimensões que constroem as razões e as motivações dos jovens de querer ou não ser agricultor (a), de querer ou não ficar no meio rural (BRUMER; SPANEVELLO 2008, p. 13).

Com base nestas e em demais pesquisas previamente realizadas pela comunidade acadêmica nacional²¹ que abordaram os condicionantes para a saída e permanência dos jovens no meio rural, elaboramos o quadro abaixo (Quadro 1).

²⁰ Assim como Martins (2021), acreditamos que a dualidade “ficar” ou “sair” tem cada vez menos a força antagônica que possuía em décadas anteriores, quando sair do campo era quase sempre uma escolha definitiva. Na atualidade, “ficar” e “sair”, são momentos que não são mutuamente excludentes e estão inscritos nas trajetórias individuais de muitos jovens. São itinerâncias que ajudam a moldar e compor o fenômeno contemporâneo da permanência dos jovens no campo.

²¹ Estes condicionantes foram utilizados como base para a construção do questionário e comparados entre as jovens rurais estudadas, que se posicionaram acerca dos distintos fatores.

Quadro 1 - Condicionantes para a saída e permanência dos jovens no meio rural

Condicionantes para a permanência dos jovens no meio rural	
<ul style="list-style-type: none"> ● Alimentação e moradia com custo mais acessível – custo de vida mais baixo; ● Incentivo financeiro, bem como o incentivo de órgãos cooperativos, órgãos privados ou públicos; ● Qualidade de vida; ● Segurança; ● Orgulho (ligação emocional) de ser filho de agricultores e estar ligado ao meio rural; ● Tranquilidade; ● Agricultura como boa alternativa de renda; ● Relação de confiança com vizinhos e comunidade; ● Valorização das tradições familiares; ● Gosta da profissão de agricultor; ● Boas perspectivas para o futuro; ● Tecnologia, modernização, máquinas e equipamentos que facilitem a realização das atividades agrícolas/ redução da penosidade do trabalho; ● Valorização dos espaços rurais e reconhecimento da importância da agricultura; ● Políticas voltadas para juventude rural, incluindo educação de qualidade, estímulo à projetos inovadores que façam do meio rural uma opção de vida; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autonomia na realização de tarefas e espaço na gestão e tomada de decisão; ● Reconhecimento da família; ● Independência financeira; ● Possibilidades de lazer; ● Harmonia na relação entre as gerações; ● O patrimônio é grande e é seu (terra, animais, instalações, maquinário, etc.); ● Vai trabalhar no que é seu e trabalhar para você mesmo; ● Você é o seu patrão; ● Tem os melhores instrutores e colegas (pais, irmãos, família); ● Flexibilidade de horários; ● Infraestrutura da propriedade; ● Acesso às tecnologias; ● Remuneração;
Condicionantes para a saída dos jovens do meio rural	
<ul style="list-style-type: none"> ● Trabalho penoso e difícil na agricultura; ● Dificuldades e incertezas das atividades agrícolas; ● Pouca ou nenhuma participação e envolvimento nas atividades relacionadas à gestão e produção, assim como débil participação dos jovens no processo decisório da agricultura familiar; ● Gerações (avô, pai e neto) vivendo na mesma terra; ● Mais possibilidade de estudo, emprego e crescimento profissional fora do campo; ● Trabalho na agricultura pouco valorizado; ● Falta de incentivo de políticas públicas; ● Lazer, acesso à internet e possibilidades que encontra com mais facilidade na cidade; ● Insatisfação com a renda e ausência de expectativa de geração de renda ou ainda, ausência de remuneração pelo trabalho do filho; ● Imagem negativa/próprios agricultores não veem na agricultura uma boa alternativa; ● Dificuldade de acesso à terra; ● Ausência de estímulo à permanência por parte dos pais e falta de reconhecimento dos pais pelas atividades realizadas; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Outras expectativas profissionais dos filhos que não a de ser agricultor; ● Falta de escolas técnicas e universidades (dificultando a continuidade dos estudos); ● Noção de “vida urbana” com mais liberdade; ● Dificuldades econômicas e produtivas de competir com propriedades capitalizadas; ● Inconformidade com a desigualdade de direitos; ● Saída das moças pode levar/atrain os rapazes; <p style="text-align: center;">Especificamente para as mulheres:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Desigualdade de gênero (exclusão das filhas no processo de sucessão e ausência de espaço de participação). Sucessão é um processo “masculino”, excludente para as mulheres; ● Desvalorização do trabalho feminino no meio rural; ● Precariedade de perspectivas, assim como pelo papel de submissas que continuam a ter as moças no interior das famílias agrícolas; ● Incentivo dos pais para as moças saírem;

Fonte: Elaborado pela autora, com base em: Breitenbach e Corazza (2017; 2019a; 2020); Troian e Breitenbach (2018a; 2018b); Breitenbach e Troian (2020); Matte *et al.* (2019); Matte e Machado (2016); Spanevello (2008); Foguesatto *et al.* (2016); Foguesatto *et al.* (2020); Silva (2020); Panno e Machado (2014; 2016); Panno (2016); Kischener (2015); Kiyota e Perondi (2014); Pessotto *et al.* (2019); Matte, Spanevello e Andreatta (2015); Silva (2015).

A partir da revisão elaborada, fica evidente que diversos estudos, pesquisadoras e pesquisadores manifestam sua preocupação com o futuro da

agricultura familiar, incluindo uma perspectiva de gênero e/ou geração em suas discussões e relacionando-as à diferentes problemáticas (trabalho, gestão, educação, reprodução), e reconhecem que a jovem e o jovem têm papel preponderante no processo de desenvolvimento rural, sobretudo nas regiões em que a agricultura familiar ainda carece de reconhecimento e valorização.

A reprodução da agricultura familiar depende da reunião de um conjunto variado de esforços e da condução de um processo sucessório que desperte o real interesse dos (as) jovens em permanecer no campo e dar continuidade às atividades da propriedade, reconhecem Troian e Breitenbach (2020).

Mas, como verifica Stropasolas (2004, p.255), se “são as relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo”, que, em síntese, “se colocam à margem do processo sucessório, rompendo com a possibilidade de permanecerem no meio rural em outra condição que não seja a de esposa de agricultor” (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010, p.171)²², dedicar-se à análise do processo sucessório a partir de uma perspectiva de gênero, envolve, portanto, complexificar tal afirmação.

Na agricultura familiar de Santa Catarina, estudos evidenciam a nítida preferência familiar masculina na escolha do sucessor, de tal modo que as pesquisas de Abramovay *et al.* (1998), Silvestro *et al.* (2001) e Mello *et al.* (2003), não encontraram nenhum caso em que a moça tenha sido escolhida como sucessora ou que dirigisse, de fato, a propriedade paterna.

À vista disso, tem-se a pretensão de contribuir para os estudos sobre gênero e geração em contextos rurais, estabelecendo um paralelo entre a perspectiva e/ou permanência de jovens, a condição feminina na agricultura familiar e uma importante dimensão na formação de jovens agricultores, a educação.

De acordo com Mello (2006), no passado o exercício da profissão de agricultor (a) não estava associado a necessidade de estudar, sendo o conhecimento adquirido formalmente na escola, em geral até a quarta série do ensino fundamental, somado ao herdado da família no desempenho cotidiano das atividades, considerado

²² Schneider *et al.* (2020) entende que, apesar das conquistas adquiridas pelas mulheres nas últimas décadas, ainda é possível verificar no meio rural uma invisibilidade delas no que refere ao trabalho e a gestão. Para os autores, é necessário avançarmos no debate sobre a participação das mulheres nas propriedades rurais, reconhecendo-as não apenas como coadjuvantes de seus maridos e/ ou pais.

suficiente, ou ainda, a regra constatada em vários estudos da América Latina, que fica no campo o filho que menos estudou.

A pesquisa de Silvestro *et al.* (2001) também confirmou para o Estado de Santa Catarina a asserção segundo a qual ou se estuda ou se fica no campo. Com efeito, o nível de escolaridade dos jovens que permanecem no meio rural se diferencia por gênero, sendo que as moças apresentam um nível de escolaridade superior à dos rapazes. Como revelam Aguiar e Stropasolas (2010), 'ter um estudo', um certo grau de escolaridade, implica na conquista de 'melhores condições de vida' e, por isso, os pais, de maneira geral, incentivam os (as) filhos (as) a estudarem.

Os estudos são percebidos então, como uma condição necessária para que os (as) filhos (as) tenham possibilidade de construir uma vida melhor que a dos pais, sobretudo, no caso das moças, cujas mães não querem vê-las reproduzir a sua condição de mulher agricultora. De tal maneira, o desinteresse das moças pela agricultura parece relacionar-se, em grande medida, com o papel subalterno que historicamente foi reservado às mulheres no interior da agricultura familiar. A possibilidade de serem sucessoras, as responsabilidades, o planejamento, a participação e a apresentação social na qualidade de agricultoras são, de certa forma, vedadas às jovens, contribuindo para que se afastem das atividades agrícolas e do espaço rural (MELLO, 2006). Neste caso, elas são incentivadas a estudar para construir sua vida fora do meio rural, enquanto aos homens é oferecido o incentivo para a permanência e sucessão das atividades da família.

Entende-se, entretanto, que é preciso afastar a ideia de que para trabalhar na agricultura não precisa estudar ou de que quem fica no meio rural são as pessoas que não estudaram e que não tiveram sucesso em trilhar outro caminho. Ao invés de estabelecer a oposição "quem estuda quer sair, quem não estuda não tem outra alternativa que não seja ficar"; problematizar questões como: por que quem estuda não fica no campo? O que poderia ser feito para estimular os (as) jovens a permanecer na agricultura, ser um agricultor (a)? se mostram mais oportunas.

De modo a incentivar a permanência ou retorno dos jovens, Abramovay *et al.* (1998) identificou a clara consciência e a importância atribuída por parte das novas gerações à educação para o exercício da profissão agrícola. Refutando a hipótese de que fica na roça o filho com menos estudo, iniciativas que estão surgindo apontam para novas formas de despertar o interesse dos jovens à sua realização profissional e pessoal em um meio que eles conhecem e que podem ser valorizados.

Quando trocamos nossas lentes para uma visão de agricultura como oportunidade e não como uma fatalidade, uma importante iniciativa educacional à disposição dos (as) filhos (as) de agricultores conquista visibilidade, a experiência das CFRs. Nestes espaços, os esforços são direcionados a formar novas gerações de agricultores (as), adequando os conteúdos à realidade do mundo rural e as especificidades de cada região, sem, contudo, comprometer uma formação universal adequada às oportunidades de vida tanto do meio urbano quanto do rural.

Analisar a problemática da sucessão geracional com a lupa da permanência de mulheres, permite que um olhar diferenciado seja lançado sobre o tema. À vista disso, procuramos assumir jovens mulheres rurais que estudam ou estudaram em CFRs como protagonistas, a fim de reconhecer seus anseios e perspectivas quanto à permanência no campo e a sucessão familiar, bem como o papel e as possíveis contribuições das CFRs para os direcionamentos futuros das jovens.

2.5 O PROJETO DAS CASAS FAMILIARES RURAIS E A FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA

Falar sobre a iniciativa das Casas Familiares Rurais (CFRs) é inspirador e desafiador ao mesmo tempo. Inspirador, pois revela como iniciativas e estratégias de incentivo à permanência do jovem no campo são necessárias, sobretudo, quando se pensa na valorização e reconhecimento da agricultura e do agricultor (a). E, desafiador, na medida em que demanda uma profunda reflexão sobre a maneira mais efetiva de dialogar com os jovens nestes espaços, de modo que se possa auxiliar na tomada de decisão (considerando fatores e externos, motivações, entraves e relações estabelecidas) entre permanecer ou sair do meio rural, bem como prepará-los e qualificá-los para o exercício da função “agricultor (a)”.

Sendo assim, assinalamos o contexto em que o projeto das CFRs emerge e conquista notoriedade. Conforme aponta Estevam (2012), a agricultura familiar enfrenta, na atualidade, além das dificuldades oriundas do processo de modernização, problemas relacionados ao ensino formal, considerado pelo autor como inadequado e pouco atrativo à realidade rural, desestimulando o jovem a continuar na atividade. Isto, aliado a problemas produtivos, sociais e relacionais, faz surgir o projeto das CFRs.

A proposta, fundamentada na concepção de promover uma formação profissional e integral ao jovem do campo, ampliando os horizontes para além da mera

profissionalização de agricultores, centra-se na formação escolar ligada à realidade local, com o envolvimento das famílias e da comunidade, de modo a preparar o e a jovem para ser agricultor (a) e para a vida em comunidade sem, contudo, afastá-los de seu meio. As CFRs oportunizam aos jovens, nesse sentido, vivências e experiências que os (as) aproximam do meio rural, ao associar a formação técnica e profissional à construção de uma consciência voltada à valorização do meio rural.

Em se tratando do processo histórico, as *Maisons Familiales Rurales* (MFRs) ou Casas Familiares Rurais nasceram no Sudoeste da França, especificamente em Lot-et-Garone, no ano de 1935 (ESTEVAM, 2012; SILVA, 2012). O contexto de desenvolvimento da iniciativa era, conforme enfatiza Estevam (2012), de uma grande crise na agricultura francesa e de insatisfação de agricultores e de seus filhos com o modelo educacional da época, considerado pouco atrativo para o meio rural. Nas palavras de Silva (2012):

Com uma realidade agrária marcada pela permanência de um grande número de pequenas propriedades, tendo por base a produção familiar, os agricultores viviam naquele contexto uma situação de total abandono: de um lado, um Estado desinteressado pelos problemas do homem do campo e de sua educação, voltado apenas para o ensino urbano; e, de outro, uma Igreja que, apesar de preocupada com a situação dos camponeses, não tinha nenhuma proposta quanto à educação do meio rural. Assim, os filhos daqueles agricultores tinham que optar entre continuar os estudos e sair do meio rural para o meio urbano, distanciando-se assim da família, ou permanecer junto à família e na atividade agrícola, interrompendo o processo escolar. As famílias, todavia, necessitavam da presença e do trabalho dos seus filhos e tinham também dificuldade em mantê-los nas cidades (SILVA, 2012, p.35).

Resultado dessas carências, com a mobilização, reflexão e participação de agricultores, líderes sindicais e igreja, desenvolve-se uma proposta “pautada na preocupação de oferecer aos jovens uma formação alternativa e que estivesse de acordo com a sua realidade, possibilitando um aprendizado teórico/prático que não fosse necessário abandonar as atividades na propriedade” (ESTEVAM, 2012, p.21).

Dessa ideia inicial surgiu a primeira CFR na França, com uma turma de apenas cinco alunos, com idades entre 13 e 14 anos. A proposta de ensino era a alternância entre o trabalho prático na propriedade agrícola e a formação geral e técnica no Centro de Formação, onde os jovens passavam três semanas em suas propriedades e uma semana em regime de internato. Com o sucesso da experiência, nasce a estrutura

pedagógica atualmente conhecida por Pedagogia da Alternância, que configura o método de ensino utilizado pelas CFRs, destacam Estevam (2012) e Silva (2012).

De acordo com os autores supracitados, fruto do êxito dessa primeira iniciativa, acentuou-se o interesse e o envolvimento por aquela nova fórmula, bem como a elaboração de uma proposta melhor formulada. E, em 1937 nasce aquela que viria a ser a primeira CFR nos moldes conhecidos atualmente, sendo os pais moralmente e judicialmente responsáveis por sua condução. Em razão da compra coletiva pelas famílias, essa primeira experiência foi denominada *La Maison Familiale*, ou seja, Casa Familiar, pontua Silva (2012).

Após a consolidação do projeto em território francês, iniciou-se o trabalho de internacionalização do movimento. Isso ocorreu no final dos anos de 1950 e a primeira *Maison* implantada fora da França foi em 1958, na Itália. A partir das experiências pioneiras, inúmeras outras surgiram na Europa, África, América, Ásia e Oceania. Atualmente, estão presentes nos mais diversos países do mundo, distribuídas em todos os continentes, sendo a maioria concentrada no continente Europeu, seguido pelos países da América Latina (ESTEVAM, 2012)

No Brasil, o surgimento das experiências de formação por alternância está diretamente relacionado com a agricultura familiar, pois surgiu com o objetivo de “possibilitar um acesso ao ensino adaptado à realidade do campo e para atender uma demanda alijada do sistema de ensino formal” (ESTEVAM, 2012, p.111).

Para Estevam (2012) e Silva (2012), o movimento brasileiro de formação por alternância tem duas origens: os primeiros (Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs)²³ surgiram no fim da década de 1960, no Estado do Espírito Santo, denominadas de EFAs (Escolas Família Agrícola), em virtude de sua inspiração no modelo italiano que leva a mesma denominação, enquanto no começo da década de 1980, no Estado de Alagoas, sem vinculação com o movimentos das EFAs, foram criadas as CFRs, desenvolvidas sob influência direta da França.

Quer dizer, no Brasil, o Movimento Internacional das *Maisons Familiales Rurales* encontra-se presente em duas vertentes distintas: EFAs e as CFRs, que, a partir de 2005, se articulam em um movimento nacional denominado Rede CEFFAs. Ambas as experiências – CFRs e EFAs, surgiram como uma resposta à problemática

²³ Devido à grande diversidade de experiências existentes no país, convencionou-se chamá-las nacionalmente de CEFFAs. De tal modo, as CFRs e EFAs integram uma rede nacional, que são os CEFFAs.

das mazelas socioeducativas do meio rural brasileiro e, apesar de haver diferenças entre elas, o que torna semelhante os modelos é que todos utilizam a Pedagogia da Alternância no seu processo de ensino-formação (SILVA, 2012).

Na tentativa de resgatar a história das CFRs no Brasil, Silva (2012) distingue, grosso modo, três momentos que caracterizaram sua trajetória: um primeiro momento, no qual foram realizados os primeiros ensaios de organização das CFRs no nordeste brasileiro²⁴; um segundo momento, que registra a ocorrência da migração dos projetos das CFRs para o Sul, caracterizando, assim, a implantação e o desenvolvimento das primeiras experiências educativas no Paraná²⁵. E, com a consolidação dessas experiências no Paraná, teve início um terceiro momento da trajetória das CFRs, com a sua expansão para outras regiões do Estado, ao mesmo tempo em que ocorreu também o início dessas experiências nos outros estados da Região Sul do Brasil.

Estevam (2012) destaca que, conforme o movimento nacional das CFRs, por ocasião da realização de seu estudo, havia aproximadamente 88 experiências em funcionamento, em seis estados brasileiros. O Estado com maior número de CFRs era o Paraná, com 43, seguido por Santa Catarina, com 22, Pará, com 12, Rio Grande do Sul com 08, Maranhão com 06 e Amazonas com 01.

No Sul do país, com base em dados da ArcafarSul (2008), Estevam (2012) ressalta que existiam 73 CFRs em funcionamento nos três estados. O projeto já formou 7.800 jovens e 3.200 estão em processo de formação. O número de famílias atendidas são um total de 2.500, em uma área de abrangência de 350 municípios atendidos²⁶. Apesar das tentativas frustradas na Região Nordeste, Estevam (2012) afirma que as experiências serviram como base de inspiração para a implantação na Região Sul do país. Na Região Sul, o Estado do Paraná inaugurou a experiência, com

²⁴ As duas primeiras Casas Familiares Rurais no Brasil surgiram no município de Arapiraca, Alagoas, em 1980 e, posteriormente, no município de Riacho das Almas, Pernambuco, em 1984. Apesar de terem sido iniciativas distintas, essas experiências preliminares das CFRs no Brasil apresentaram um traço comum: uma existência de curta duração, em que fatores distintos contribuíram para os respectivos fracassos (SILVA, 2012; ESTEVAM, 2012).

²⁵ Os primeiros contatos e interações com pessoas e instituições na Região Sul ocorreram na segunda metade dos anos 80, por ocasião do Seminário Franco-Brasileiro realizado em Curitiba, Paraná, em 1985. Esse Seminário constituiu o marco que deu início aos entendimentos e às ações conjuntas entre as MFRs francesas e o Governo do Estado do Paraná. A partir desse momento, uma série de ações foi realizada, visando ampla divulgação e orientação para a criação das CFRs no Paraná, particularmente na sua região Sudoeste. “Assim, tiveram início os processos de implantação das Casas Familiares Rurais no Paraná, contando com o envolvimento e participação de agricultores e lideranças locais” (SILVA, 2012, p.59).

²⁶ Dados atuais revelam, contudo, o fechamento de diversas CFRs na Região Sul. No Estado do Paraná, de acordo com informações trazidas por Campos (2018), o processo de sucateamento das CFRs iniciado em 2015, pelo Governo do Estado, diminuiu para 19 CFRs atuais (CAMPOS, 2018).

a implantação da primeira CFR, no município de Barracão, em 1989. Após a implantação no Paraná, a experiência foi desenvolvida em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, Estevam (2012) relembra que a primeira CFR nasceu em 1991, em Quilombo, no Oeste catarinense.

De acordo com Estevam (2012) e Silva (2012), com o crescimento e consolidação do projeto, surgiu a necessidade de criação de uma coordenação para padronizar, orientar e acompanhar as atividades. Com isso, surge em 1991, a Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - ArcafarSul, órgão oficial das CFRs, que tem por objetivo difundir a proposta da formação dos jovens do meio rural, garantir as condições de organização e funcionamento das CFRs, bem como proporcionar aos monitores e responsáveis das associações envolvidos no processo educativo cursos de formação e capacitação técnico-pedagógica (SILVA, 2012).

Em Santa Catarina, atualmente, as CFRs estão presentes na maioria das regiões, com destaque para a região Oeste, com maior agrupamento²⁷. Tal fato pode ser justificado pelo fato de a agricultura ser a base econômica da região. Estevam (2012, p.142) enfatiza que “o Oeste é uma região reconhecida nacionalmente por concentrar um grande complexo agroindustrial, com destaque para a produção de aves e suínos, sustentada por uma base produtiva de agricultura familiar”. Foi neste terreno que o projeto encontrou as condições ideais para sua disseminação.

No que concerne ao processo de reconhecimento e consolidação do projeto em território catarinense, sua trajetória foi permeada de lutas junto ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), intenso processo de mobilização e organização, entraves e a necessidade de atuação estratégica para fortalecer o movimento, com ênfase na ampliação do projeto para todo o Estado, tentativas frustradas e processos travados até, finalmente conquistar a aprovação.

Estevam (2012) descreve que o referido projeto, baseado na Pedagogia da Alternância, aprovado em 1998, por meio do parecer nº 354/98, tinha como objeto do processo a “autorização para o funcionamento da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, na modalidade supletiva, semipresencial, com a avaliação no processo, nas Casas Familiares Rurais” (PARECER nº 354, 1998, p.01). No parecer, dentre os processos aprovados, contam as CFRs de Saudades e Modelo. Cumpre assinalar que o entrave ao processo era o fato de o CEE/SC não reconhecer as semanas na

²⁷ Informações atualizadas sobre as Casas Familiares no Estado de Santa Catarina e na região Oeste serão tratadas no tópico 4.2.

propriedade como período letivo, sendo a alternativa encontrada para que o projeto das CFRs fosse aceito, adaptá-lo ao Ensino Supletivo do Estado²⁸.

Mas, embora os resultados conquistados a partir do reconhecimento e das mudanças implantadas no início de 1999 fossem considerados positivos, o projeto passou a enfrentar, a partir de 2004, problemas com a demanda de jovens, ocasionando o fechamento de algumas CFRs. Em virtude disso, Estevam (2012) aponta que, durante um Seminário Estadual sobre CFRs realizado no município de Maravilha-SC, percebeu-se a necessidade de criar a ArcafarSC (Associação das Casas Familiares de Santa Catarina), concebida neste mesmo encontro, em 2003. Atualmente, a associação exerce um importante papel no Estado, sendo reconhecida pelo CEE/SC como o suporte do projeto das CFRs catarinenses.

Com a criação e consolidação da Coordenação Estadual, teve início a negociação com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), a fim de implantar novos cursos, não mais por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas sim através do Ensino Médio Profissionalizante.

Quanto aos resultados concretos, Estevam (2012) menciona, a partir de dados disponibilizados pela ArcafarSul (2008) que, na ocasião, Santa Catarina, com 22 CFRs, possuía 634 jovens em formação. Desde o início do movimento, já se formaram 1.262 jovens e o projeto atende de forma direta 2.250 famílias. As CFRs estão presentes em 82 municípios do Estado e atendem 600 comunidades.

Depois das Casas passarem por várias fases²⁹ e por adaptações, aos poucos a proposta vai se consolidando e criando sua própria trajetória. Exemplo disso são os encontros, seminários e congressos estaduais, interestaduais e internacionais das CFRs que têm ocorrido com frequência e Santa Catarina tem presença ativa de suas lideranças. Monitores, governanta, professores e pais têm participado de cursos realizados tanto pela SEE/SC quanto pela ARCAFAR sobre Pedagogia da Alternância (ESTEVAM, 2012, p.157).

Em termos conceituais, Estevam (2012), tomando a definição da ArcafarSul (1994), percebe a CFR como uma instituição educativa, dentro do meio rural,

²⁸ Diz respeito a parceria entre as Casas Familiares Rurais e a Secretaria Estadual de Educação, através da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

²⁹ De acordo com o autor, a trajetória das CFRs no território catarinense é dividida em quatro fases: processo de divulgação e implantação das primeiras CFRs; criação da ArcafarSul e a expansão do projeto pelo Estado; movimento realizado pela ArcafarSul em busca do reconhecimento do projeto, junto ao CEE e; a fase atual, iniciada em 2003, com a criação da ArcafarSC, cujo intuito é fortalecer o movimento e lutar pela implantação do Ensino Médio nas CFR, o qual se consolidou com a abertura das primeiras turmas de educação profissional, em 2008.

concebida para formar jovens filhos de agricultores que buscam uma educação personalizada e integral, de acordo com sua própria realidade. Um dos diferenciais entre a escola regular e a CFR é que na escola:

O aluno permanece por um determinado período de tempo e após isso não tem mais ligação com aquele meio. Enquanto na CFR há uma continuidade das atividades, pois a Casa é considerada a extensão de sua própria residência, por isso o nome Casa e não escola. Na Casa Familiar o jovem não é considerado um aluno, como ocorre na escola regular, por isso ele não recebe este tratamento, pois se considera que a formação deve abranger todo o processo da vida do educando, neste sentido a denominação jovem e não aluno. E familiar por que a CFR deve ser entendida como a extensão de sua própria residência (família) (ESTEVAM, 2012, p.27).

Com vistas ao alcance de uma formação pessoal e, simultaneamente, do desenvolvimento do meio em que o jovem e sua família estão inseridos, o modelo de formação das CFRs foi sendo moldado até se constituir no modelo de ensino que é conhecido mundialmente e se tornou uma das marcas específicas e diferenciadas do movimento das CFRs: a formação por alternância (ESTEVAM, 2012).

Luther (2019) acrescenta que a diminuição do tempo-escola (sala de aula e aprendizagem focada no professor) para o aumento do tempo-propriedade/comunidade é uma prática pedagógica ligada às atividades cotidianas e que está associada à proposta da Pedagogia da Alternância. Essa metodologia foi prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (art. 28), mas somente foi institucionalizada como educação do campo no parecer CEB nº 01/2006 do Conselho Nacional de Educação.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.1).

O Parecer CNE/CEB nº 01/2006 indica e caracteriza, portanto, a metodologia adequada para a educação do campo,³⁰ a Pedagogia da Alternância (LUTHER, 2019).

³⁰ Não nos alongamos aqui no debate sobre educação rural/do campo. Paradigmas, autores, discursos e discussões sobre a educação rural/do campo podem ser observados em trabalhos como: Molina (2006); Molina e Freitas (2011), Luther (2019) entre outros.

O modelo utilizado nas CFRs se difere do ensino tradicional ao propor uma formação voltada para a busca de respostas às necessidades locais e ser compatível com a realidade dos jovens e suas famílias. Utilizando como método de ensino os instrumentos da Pedagogia da Alternância, os jovens têm a possibilidade de passar períodos em seu meio profissional e social – aplicação prática do conhecimento adquirido – e semana na CFR – em momentos que proporcionam o exercício constante de reflexão sobre a teoria e a prática (ESTEVAM, 2012).

O modelo de formação por alternância das CFRs é formado por quatro pilares ou princípios (institucional, didático, pedagógico e pessoal), dividido em dois grandes eixos: em um deles estão as finalidades compostas por dois pilares (a formação integral pessoal e o desenvolvimento do meio) e noutro estão os meios que são integrados pela alternância e a associação. O conjunto desses pilares tem por propósito contribuir, por meio da formação, para o desenvolvimento do meio local, conforme sintetizado na figura abaixo (Figura 2).

Figura 2 - Pilares da formação por alternância das CFRs



Fonte: Elaborado por Estevam (2012) a partir de Calvó (2002).

De acordo com Estevam (2012), os quatro pilares devem ser observados e aplicados para que o modelo formativo alcance seu propósito. Sua aplicação deve ser conjunta e integrada, pois são complementares e cada um tem sua particularidade. Tomando como base as ideias de Gimonet (1999), Estevam (2012) expõe que a formação por alternância e seus princípios fundamentais se desenvolveram e devem ser aplicados da seguinte forma: existência ou formação de uma associação local composta por pais ou lideranças responsáveis pelos mais diversos aspectos; adoção da metodologia da alternância educativa e/ou integrativa entre o meio profissional e o

escolar, tendo como ponto de partida do aprendizado a experiência vivida; formação integral, colaborando para que o jovem construa seu futuro em conjunto com a família e com o meio em que vive e; o desenvolvimento do meio local construído por meio da formação de seus próprios atores, não sendo possível separar o desenvolvimento da formação e atuação dos jovens em seu contexto. Complementar a isso, para Silva (2012), tomando como base a concepção apresentada por Chartier (1986), a alternância pode ser assim definida:

Pela alternância entre a teoria e a prática, as Maisons Familiaes Rurales auxiliam o jovem agricultor a se adaptar às necessidades de sua terra e não de uma terra abstrata. Os pais aproveitam este ensino que eles mesmos têm de completar. A alternância entre a teoria e a prática não fornece ao jovem o ensino somente dos livros, mas sobretudo, ela lhe abre um grande laboratório, o único onde a consciência é associada a ação, o livro aberto da natureza. (CHARTIER, 1986³¹ *apud* SILVA, 2012, p.43).

O objetivo da alternância é reunir, unificar todos os elementos, pois intenta aprender continuamente de maneira interdisciplinar e transdisciplinar:

[...] não se opõe a teoria e a prática, porque por todas as partes há uma prática, uma teoria e um conceito. Porque a mão e o pensamento se encontram permanentemente. Porque conhecimento é ação e ação é conhecimento. Outro paradigma escolar que deve ser adquirido, feito para viver, mas significa livrar-se do precedente que o moldou. A evolução é às vezes uma revolução que deve operar em nossas cabeças (GIMONET, 2009, p. 163-164, tradução nossa).

Na mesma linha, Estevam (2012) expõe, com base na experiência da CFR Quilombo-SC, que a CFR tem por objetivo aliar teoria e prática por meio do ensino via Pedagogia da Alternância, formando duas gerações (pais e filhos) de agricultores do município ao mesmo tempo e proporcionar ao jovem condições, instrução e formação para o exercício da agricultura, fixando-o³² ao meio onde vive e melhorando o nível de produção e de vida. Sendo assim, é uma das formas para manter o jovem no campo, sem que perca o vínculo com a sua realidade (propriedade e família).

³¹ CHARTIER, D. **A l'aube des formations por alternance**: histoire d'une pédagogie associative dans le monde agricole et rural. Paris: Messonance, Éditions UNMFREO, 1986.

³² Nesse ponto, retomamos Camarano e Abramovay (1999, p.19), segundo os quais, antes de tudo, é preciso abandonar a "ideia conservadora de que é necessário "fixar o homem ao campo". O êxodo predominantemente jovem mostra, ao contrário, que o campo se abre cada vez mais para o contato com as cidades. Resta saber se está abertura dará lugar a laços construtivos e interativos ou se levará à desagregação do tecido social existente hoje no meio rural".

A Pedagogia da Alternância surge assim, como uma possibilidade alternativa de formação que vem ao encontro, em seus princípios originais, do respeito às características das populações do campo, até então estigmatizados, invisibilizados e marginalizados na agenda política. Sobretudo em termos educacionais, onde o cenário era de ausência de uma educação direcionada às necessidades do campo, que estimula a permanência da juventude rural (ESTEVAM, 2012).

Resgatamos o caso da Região Oeste de Santa Catarina, que sofre com o forte êxodo rural desde a década de 1980. Para Stropasolas (2002), entre os fatores apontados que inviabilizam a permanência nas propriedades, destacam-se:

A baixa rentabilidade das explorações, a ausência de políticas agrícolas direcionadas à agricultura familiar e o reduzido tamanho das propriedades. Além disso, os migrantes rurais são cada vez mais jovens; entre eles, é tendencialmente crescente a proporção de mulheres. O fato de o êxodo rural estar aumentando, particularmente entre os mais jovens – concluem os pesquisadores – têm ameaçado o próprio “desenvolvimento” da região, sendo notório o processo de envelhecimento relativo da população que permanece no campo (STROPASOLAS, 2002, p.02).

A proposta da CFR e a modalidade de educação proporcionada ambiciosa, desse modo, a construção conjunta do saber, em que os filhos dos agricultores conquistam uma formação qualificada e plural. Nas palavras de Estevam (2012), tendo por base a prática da Pedagogia da Alternância é que se percebe que a CFR é:

Um investimento na formação não apenas de trabalhadores mais qualificados, mas também a transformação dos agricultores familiares em sujeitos de sua própria história, em cidadãos. É uma formação permanente em que o jovem “aprende a aprender”, por meio de um processo de aprendizagem capaz de proporcionar o seu desenvolvimento social, pessoal; incentivando a imaginação, a criatividade e a cooperação, naquilo em que vivenciam no dia a dia: nas suas atividades, nas suas diversões, abrindo inúmeras possibilidades de crescimento (ESTEVAM, 2012, p. 52).

Retomando o trabalho de Wolochen, Souza-Lima e Maciel-Lima (2009), os autores expõem que há muito que se comenta criticamente sobre os limites das práticas educacionais adjetivadas como convencionais. Nos comentários aparecem as mais variadas formas de denúncias contra os limites e insuficiências de um estilo pedagógico centrado muito mais no professor que nos educandos. Para ilustrar, citam que, se Paulo Freire, Frei Betto, Tião Rocha e outros conseguiram demonstrar a carência desta educação no âmbito das escolas urbanas e no meio rural, as referidas insuficiências tendem a se ampliar. Nas palavras dos autores:

As propostas pedagógicas com pendores hegemônicos e unilaterais que projetam o estilo de vida urbano como o único estilo possível de conduzir quaisquer educandos, sobretudo os rurais, à emancipação, revelam-se perversos. No bojo deste debate é fundamental, mais uma vez, lembrar Paulo Freire. Não se trata de demonizar a educação convencional responsabilizando-a por todos os males da contemporaneidade. É preciso denunciar seus limites, mas apresentar novos anúncios, novas possibilidades de pensar e construir práticas pedagógicas (WOLOCHEN; SOUZA-LIMA; MACIEL-LIMA, 2009, p.03).

Assim como Wolochen, Souza-Lima e Maciel-Lima (2009, p. 02), declaramos que “é com este espírito atento à denúncia, mas também ao anúncio” que o presente estudo se engaja no debate e (re) conhecimento de uma outra pedagogia: a Pedagogia da Alternância e, especificamente o trabalho e os resultados que vêm sendo conquistados junto à jovens mulheres, estudantes e egressas das Casas Familiares Rurais de Saudades e Modelo.

Consoante a Silva (2007), assumimos o enfoque de gênero, pois em um espaço onde, historicamente, a maioria dos jovens é do gênero masculino, não estamos partindo apenas da diferença entre homens e mulheres, acreditamos também na possibilidade de trazermos elementos, diálogos e reflexões que nos permitam visualizar como as relações de gênero estão sendo trabalhadas e discutidas nas CFRs, seus limites e potencialidades.

Essa discussão se faz pertinente no sentido de enriquecer o debate³³ e qualificar nosso olhar enquanto pesquisadores e cidadãos, a fim de reconhecer o trabalho desenvolvido pelas CFRs como um projeto inspirador e transformador, bem como para desmistificar a questão de gênero dentro destes espaços. Ao dar voz e vez àqueles que são, efetivamente, os que realizarão os projetos sucessórios das famílias, - os jovens agricultores familiares e aqui, mais especificamente, as jovens mulheres, ter-se-á subsídios para apreciar o papel e as possíveis contribuições das CFRs à formação de jovens agricultores.

³³ Afinal, como observam Estevam (2012) e Silva (2012), apesar de mais de três décadas de implantação do projeto no Brasil e da popularidade alcançada nas últimas décadas, a proposta é discutida com pouca ênfase na academia e nos órgãos oficiais do governo. Embora iniciativas e experiências sejam desenvolvidas, o debate carece de enriquecimento e aprofundamento.

3 CAMINHO PERCORRIDO

Tendo por base o tema, problema e objetivos propostos, esta seção discorre sobre a proposta e o percurso metodológico adotado, cenário, protagonistas, bem como os procedimentos selecionados para a geração e a análise dos dados.

3.1 PROPOSTA METODOLÓGICA

Em termos metodológicos, algumas considerações e perspectivas norteadoras são trazidas, de modo a justificar os caminhos percorridos durante sua construção e os procedimentos e práticas adotados.

Nesse sentido, cabe esclarecer, conceitualmente, as noções de pesquisa e método. Para Pacheco (2010, p. 30) a concepção de pesquisa está firmada no “diálogo que pronuncia e transforma o mundo” e balizada pelo “encontro entre o pesquisador e os sujeitos/atores da investigação, que, juntos, procuram pronunciar e transformar a realidade vivida”. E, tendo presente tal concepção de pesquisa, fica mais fácil compreender o método adotado para conceber o encontro entre o pesquisador e os sujeitos/atores na aproximação empírica (PACHECO, 2010).

A explicitação do método é necessária, uma vez que esse significa a trajetória a ser percorrida, o caminho escolhido para atingir os objetivos preestabelecidos (PACHECO, 2010; SEVERINO, 2007; OLIVEIRA, 2008).

Dessa maneira, a opção pelo método, enquanto forma de olhar para a realidade pesquisada, significa a escolha de um fio condutor que guiará a aproximação ao campo empírico e epistemológico da investigação, desde a construção até a resolução da problemática levantada [...]. Por isso, é preciso ter presente que não há um único método correto ou adequado a qualquer situação. Os métodos são muitos e os caminhos da investigação não estão dados (PACHECO, 2010, p.30).

Realizada essa breve contextualização, refletimos, nesse momento, sobre a abordagem metodológica utilizada. Entende-se por metodologia, um processo que engloba um conjunto de procedimentos e instrumentos para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos (PACHECO, 2010; OLIVEIRA, 2008). De modo complementar, para Minayo, Deslandes e Gomes (2009), a metodologia pode ser compreendida como:

[...] O caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. [...] na verdade a metodologia é muito mais do que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009, p. 14-15).

Frente ao exposto e, diante dos objetivos delineados, este estudo caracteriza-se como de cunho qualitativo. Pontua-se que o caráter metodológico proposto se mostra pertinente considerando, conforme expõe Oliveira (2008), que a abordagem qualitativa se preocupa com uma visão sistêmica do problema ou objeto de estudo, trata-se de um processo de profunda reflexão e análise por meio da utilização de métodos ou técnicas para compreensão detalhada de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou atores e fenômenos da realidade.

A “pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.32). Além disso, de acordo com Creswell (2010), a pesquisa qualitativa assume algumas características gerais: a pesquisa ocorre no ambiente natural, baseia-se no pesquisador como um instrumento fundamental para a coleta de dados, emprega múltiplos métodos para a coleta, é indutiva, é baseada no significado dos participantes, é emergente, frequentemente envolve o uso de uma lente teórica, é interpretativa e holística³⁴.

As abordagens qualitativas, segundo Vergara (2005) apresentam diversas classificações, com diferentes taxionomias. No entanto, a autora propõe dois critérios básicos. São eles: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins a pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. Tendo em vista as características e objeto desta dissertação, julga-se pertinente classificá-la como exploratória e descritiva.

Possui caráter exploratório pois parte de uma revisão preliminar da literatura disponível sobre as temáticas: Agricultura Familiar, Sucessão Familiar, Gênero e geração no contexto rural, Pedagogia da Alternância e Casa Familiar Rural, a fim de

³⁴ Para obter informações mais detalhadas acerca das características apresentadas, consultar: CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Magda Lopes. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010, p.208-10.

aprofundá-los e sistematizá-los. Oliveira (2008) e Gil (2008) enfatizam que o desenvolvimento de pesquisas exploratórias objetiva proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos. E, de fato, tal propósito se cumpre ao longo da revisão bibliográfica.

E descritiva, na medida em que visa a observação, registro e análise dos fatos em um dado contexto, mas sem intervenção sobre eles. Ou seja, procura analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como estes se apresentam, ou, ainda, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada (OLIVEIRA, 2008; GIL, 2008). Nesse caso, os anseios e perspectivas dos gestores e jovens estudantes e egressas das CFR foram analisados.

Quanto aos meios, Vergara (2005) as classifica como: pesquisa de campo, laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post fact*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso. Tais classificações são complementares e não mutuamente excludentes. Nesse aspecto, a construção da investigação perpassa a pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo e estudo de caso.

Assume caráter bibliográfico pois dedica-se a revisão da literatura disponível sobre o tema exposto em capítulo específico, tendo como objetivo primordial estabelecer a base teórica da pesquisa. A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública, decorrente de pesquisas anteriores, cuja finalidade consiste em levar o pesquisador a entrar em contato direto com obras que tratem do tema de estudo (VERGARA, 2005; OLIVEIRA, 2008; SEVERINO, 2007; MARCONI; LAKATOS, 2002; GIL, 2008).

Em se tratando da pesquisa documental, embora muito próxima da pesquisa bibliográfica, difere-se quanto à natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental recorre a fontes primárias ou ainda, vale-se de matérias que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, pondera Gil (2008). Destarte, foram consultados documentos disponibilizados pelas CFRs com vistas a aproximar-se do contexto e da proposta das instituições, a citar o Projeto Político Pedagógico, Plano de Formação e Caderno de Alternância.

Ainda, envolveu uma pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semi-estruturadas com jovens estudantes e egressas das CFRs de Saudades e

Modelo, bem como seus respectivos gestores. Nesse momento, tínhamos a intenção de seguir as considerações de Severino (2007, p.123), segundo o qual “o objeto/fonte é abordado em seu próprio meio ambiente”. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”. Contudo, não foi possível atender plenamente a proposta do autor, pois nossa pesquisa de campo não transcorreu da forma como planejamos (mas falaremos disso mais adiante).

Em relação a quantidade de casos, trata-se de um estudo de caso único. Para Yin (2010), em um estudo de caso único pode-se dar atenção a uma unidade de análise ou a várias unidades incorporadas. Essa distinção na quantidade de análises é que define se um estudo de caso é holístico ou incorporado/integrado. É holístico quando se tem apenas uma unidade de análise e incorporado quando se tem mais de uma (YIN, 2010). Portanto destaca-se, para fins da presente dissertação, o projeto de caso único (o projeto das Casas Familiares Rurais), com unidades múltiplas de análise (como unidade central as CFRs de Saudades e Modelo e como subunidades, jovens estudantes e egressas e os gestores de ambas as instituições).

3.2 O CENÁRIO E AS PROTAGONISTAS

Considerando a importância do tema proposto, a delimitação dos atores e cenário em que o mesmo foi desenvolvido demanda um olhar cuidadoso e notáveis esforços. Portanto, dedicamos esse momento ao diálogo destes aspectos.

A adoção de uma perspectiva metodológica de natureza comparativa permite desvelar os significados e as singularidades das experiências. De tal maneira, na escolha das duas experiências localizadas na região Oeste de Santa Catarina, - a CFR de Saudades e Modelo, foi considerada a pertinência de trabalhar com populações semelhantes de agricultores, quando consideradas características tais como, descendência, características socioeconômicas, perfil das propriedades e da forma de produção; a similaridades entre a formação técnica ofertada, - Técnico em Zootecnia; a representatividade e importância para o desenvolvimento local e; a proximidade geográfica das experiências, viabilizando o trânsito entre as localidades.

A região Oeste de Santa Catarina congrega o maior número de CFRs do Estado. Tal fato pode ser justificado pela presença de uma agricultura forte e alicerçada, historicamente, na agricultura familiar. Foi neste terreno que o projeto

encontrou as condições ideais para sua disseminação e, portanto, fundamenta a proposta de investigação. Portanto, a escolha pela região Oeste de Santa Catarina e pelas Casas Familiares Rurais de Saudades e Modelo, está relacionada a dois aspectos: região com presença de maior número de Casas Familiares Rurais e; interesse da autora pelas respectivas CFRs.

Reconhecidos os espaços de investigação, avançamos para a seleção das protagonistas do estudo. Para isso, primeiramente, estabelecemos contato com os gestores das CFRs e iniciamos um processo de levantamento e análise de possíveis participantes. A partir dos objetivos da pesquisa e, após levantamento junto às instituições pré-definidas, considerando a diversidade de atores, espaços e horizontes, optou-se por trabalhar com o seguinte universo de pesquisa: “jovens mulheres, estudantes e egressas” das CFRs de Saudades e Modelo – SC.

Entende-se aqui, por população ou universo, a totalidade de pessoas que habitam uma determinada área geográfica, ou o conjunto de elementos que compõe o objeto de nosso estudo (OLIVEIRA, 2008), ou ainda, o “conjunto de seres animados ou inanimados que representam pelo menos uma característica em comum” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.41). Mas, como nem sempre é possível pesquisar a totalidade de elementos, pessoas ou grupos que se situam na área que delimitamos para nossa pesquisa, cabe ao pesquisador (a) selecionar, convenientemente, uma parcela da totalidade (universo) (OLIVEIRA, 2008; MARCONI; LAKATOS, 2002).

Assim sendo, de modo a delimitar um subconjunto do universo, por meio da definição de critérios de escolha, optamos por um recorte. Do universo, “jovens mulheres matriculadas (iniciantes e concluintes), que possuem a perspectiva de permanência no meio rural, exercendo atividades vinculadas à agricultura e jovens egressas que continuaram na atividade rural após sua formação, com situação definida ou encaminhada de sucessão, passam a ser nosso foco de investigação.

Para identificar tanto as “jovens mulheres com perspectiva de permanência no meio rural”, quanto as “jovens egressas que continuaram na atividade rural após a formação”, contamos com o auxílio dos gestores das CFRs. A partir do conhecimento da realidade das jovens (estudantes e egressas), sugestões de possíveis participantes foram apresentadas. Em seguida, estabelecemos um primeiro contato, dialogamos e procuramos investigar, ligeiramente, a realidade das jovens, assim como seus planos e projetos futuros. Após esse momento, as jovens mulheres, estudantes e egressas que atendiam aos critérios da pesquisa foram convidadas a participar. O intuito ao

abarcando esses dois grupos foi desvelar as opiniões e percepções daquelas que se encontravam frequentando as CFRs em comparação com as egressas, verificando o papel e as possíveis contribuições da formação.

As participantes foram selecionadas seguindo uma técnica específica, a amostragem não probabilística, do tipo intencional. Isso, pois neste tipo de amostra decide-se “analisar um determinado fenômeno sem ter a preocupação de fazer generalizações em relação ao universo” (OLIVEIRA, 2008, p.89).

Gaskell (2008) indica que o termo “seleção” é explicitamente mais apropriado do que “amostragem” para tratar as entrevistadas. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, sua real finalidade não é contar opiniões ou pessoas, mas explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão, sem a existência de um método para selecionar os entrevistados (GASKELL, 2008, p.68).

Sob essa óptica, com relação ao número de participantes, a amostra deste estudo não visa representatividade numérica, mas profundidade em relação a temática e cenário estudados. De modo que, o número de participantes não foi definido com exatidão a priori, mas sim à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo e a análise de novos dados esgotou o surgimento de novas categorias e propriedades. Glaser e Strauss (1967) qualificam esse processo como saturação teórica.

3.3 PLANO DE GERAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para realizar a aproximação empírica da pesquisa nos espaços já definidos e estabelecendo uma relação dinâmica entre o pesquisador e pesquisadas (os), o plano de geração de dados se propôs a utilizar de dados primários e secundários. Os dados foram obtidos em duas etapas distintas, mas de modo concomitante e complementares. Foram eles: pesquisa documental e entrevistas.

Acerca dos procedimentos de geração dos dados, Creswell (2010, p.212) argumenta que os passos para a coleta de dados incluem a identificação dos “locais ou os indivíduos *intencionalmente selecionados* para o estudo proposto”. A ideia que está por trás da pesquisa qualitativa é a “**seleção intencional**” dos participantes ou locais que melhor ajudarão a entender o problema e a questão de pesquisa.

Neste caso, a proposta metodológica utilizada para a operacionalização dos objetivos do estudo compreendeu, para a consecução dos dados secundários, a análise do Projeto Político-Pedagógico das CFRs. Por meio destas análises, logramos

conhecer as especificidades de cada experiência, o resgate de suas trajetórias e a identificação de concepções e princípios norteadores que a fundamentam.

Para a obtenção dos dados primários foi utilizado como ferramenta de pesquisa a entrevista semi-estruturada (Apêndice A e B), de caráter individual, realizada junto à jovens estudantes e egressas e gestores (as) das duas CFRs.

Justifica-se à opção pela realização de entrevistas, por considerá-la, em consonância com Oliveira (2008, p.86), “um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisadora e entrevistado (a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando”. Mas, e quantas entrevistas são necessárias? Sob muitos aspectos, Gaskell (2008, p.70) enfatiza que esta questão provoca a resposta: “que comprimento tem uma corda? ”, e na realidade, a resposta é: “depende”. Depende da natureza do tópico, do número de diferentes ambientes que forem considerados relevantes e, é claro, dos recursos disponíveis. Contudo, há algumas considerações gerais que guiam a decisão.

De acordo com o autor, um aspecto fundamental é que, obtendo-se uma homogeneidade nas respostas, mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade ou levam a uma compreensão mais detalhada. Tal afirmação fundamenta-se em dois aspectos: há um número limitado de interpretações, ou versões, da realidade e o tamanho do *corpus* a ser analisado. Desse modo, a sugestão é não selecionar um grande número de participantes e locais, sendo preciso estabelecer um limite passível de análise (GASKELL, 2008; CRESWELL, 2010). Em grande medida, essa interpretação se insere na lógica da saturação teórica, expressa anteriormente.

A etapa de coleta das informações teve início em março de 2020, quando realizou-se a aproximação com as CFRs os gestores das instituições³⁵. Naquele primeiro contato e apresentação da proposta, dialogamos acerca das possibilidades do estudo e foram levantadas algumas possíveis jovens estudantes e egressas que poderiam estar participando da pesquisa e que atendiam às condições previamente estabelecidas. Além disso, neste momento foram disponibilizados os materiais necessários para dar início a análise documental das instituições, sendo possível aprofundar o conhecimento metodológico e operacional das CFRs em questão.

³⁵ Os gestores (diretor e coordenadora pedagógica) das CFRs estudadas foram informantes-chave e também interlocutores da pesquisa. Os mesmos auxiliaram no levantamento de possíveis participantes e informações sobre as CFRs, na pesquisa documental e também deixaram suas contribuições por meio de entrevistas individuais.

Após, a etapa seguinte foi de estabelecer contato com alunas e egressas, convidando-as a participar da pesquisa. No entanto, como os nomes foram levantados informalmente no primeiro contato com os gestores e, tendo em vista o momento que estávamos enfrentando, de isolamento social por conta da Covid-19, a pesquisa de campo não pôde ser iniciada. As aulas nas CFRs se encontravam suspensas e a realização de visitas às propriedades não se fazia oportuna diante das circunstâncias³⁶. Foi um momento difícil, desafiador e que nos fez refletir acerca das estratégias e instrumentos pensados para o campo.

Algum tempo se passou até que fosse possível retomar o contato com os gestores das CFRs, onde informações preliminares sobre as jovens foram repassadas, analisadas e, finalmente, foi possível estabelecer um primeiro contato com algumas jovens. Inicialmente e ao longo do tempo, estabelecemos contato com seis potenciais participantes. Neste primeiro contato, realizado de forma virtual (via WhatsApp) foi realizada a apresentação da pesquisadora e esclarecimentos a respeito da pesquisa, objetivos, condução e informações gerais. Na ocasião, as mesmas foram convidadas a participar, bem como foi dialogado sobre a maneira como a participação seria efetivada e aspectos burocráticos envolvidos ao estudo (dispostos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Apêndice C).

Em um segundo momento, os esforços foram direcionados à realização das entrevistas semi-estruturadas com as jovens e egressas, bem como com os gestores (as) das CFRs (informantes chave). No total, foram entrevistadas duas egressas, uma estudante e o Diretor e Coordenador Pedagógico da CFR de Modelo, e duas egressas, uma estudante e a Coordenadora Pedagógica da CFR de Saudades³⁷. No quadro a seguir (Quadro 2), organizamos algumas informações gerais sobre as jovens participantes do estudo e momento da realização das entrevistas.

³⁶ Inicialmente, uma das alternativas levantadas junto às participantes convidadas foi de estar realizando as entrevistas em formato virtual, via plataformas digitais. Mas, na prática, essa alternativa não se mostrou viável, devido ao acesso e qualidade dos serviços de internet à disposição, tanto da pesquisadora quanto das participantes, o que viria a comprometer o diálogo e os resultados da interação.

³⁷ Importante esclarecer que as jovens mulheres foram as protagonistas do nosso estudo. Ainda assim, em alguns casos e momentos durante as entrevistas, os companheiros e/ou a família das jovens também estavam presentes, inclusive dialogando e deixando suas contribuições. Contudo, não foram considerados “sujeitos” do estudo.

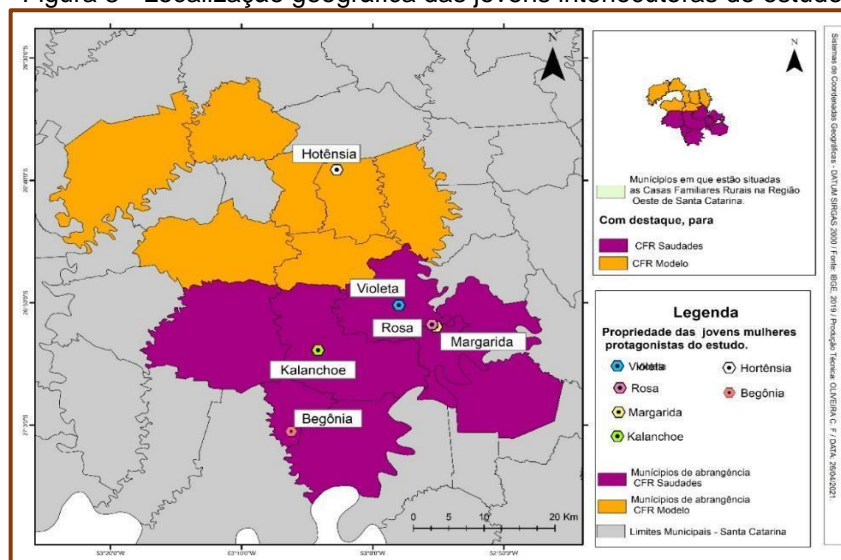
Quadro 2 - Características gerais das participantes do estudo

Jovem	Idade	CFR Turma/Ano de formação	Município de residência	De que forma foi realizada a conversa?	Quando?	Perspectivas
Margarida	19 anos	Saudades 2018	Nova Erechim	Presencial	10/09/2020	Perspectiva de continuidade no meio rural, possivelmente na propriedade em que seu namorado já foi definido como sucessor.
Violeta	15 anos	Modelo 1º ano	Pinhalzinho	Presencial	01/12/2020	Perspectiva de sucessão familiar e permanência no meio rural, com situação encaminhada de sucessão na propriedade dos pais.
Begônia	18 anos	Saudades 3º ano	Cunhataí	Chamada de áudio (WhatsApp)	03/12/2020	Perspectiva de continuidade no meio rural, mas sem maiores definições.
Kalanchoe	20 anos	Saudades 2018	Saudades	Presencial	21/01/2021	Perspectiva de sucessão familiar e permanência no meio rural, com situação encaminhada de sucessão na propriedade dos pais.
Rosa	22 anos	Modelo 2015	Pinhalzinho	Presencial	21/01/2021	Perspectivas indefinidas: avalia a possibilidade de continuar no meio rural e na propriedade da família do companheiro, mas, também considera a possibilidade de buscar um trabalho urbano, relacionado a área agrícola.
Hortênsia	23 anos	Modelo 2014	Serra Alta	Google Meet	25/01/2021	Perspectiva de sucessão familiar e permanência no meio rural. Com o retorno à propriedade dos pais, a sucessão será, então, compartilhada entre a jovem e o irmão (que já foi definido como sucessor)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De modo a situar os leitores deste estudo, também julgamos interessante organizar a figura abaixo (Figura 3), com a localização geográfica das propriedades das jovens estudadas, de modo a situar os leitores deste estudo.

Figura 3 - Localização geográfica das jovens interlocutoras do estudo



Fonte: Oliveira (2021).

Entre “idas e vindas” por conta da situação da Pandemia Covid-19, as entrevistas foram realizadas entre setembro de 2020 e janeiro de 2021. Diferentes estratégias também precisaram ser pensadas em termos de “local” para realizar as

entrevistas. A ideia inicial de realizar todas de forma presencial (se possível, nas propriedades rurais), em profundidade e com, inclusive, mais de uma visita, não foi possível de ser atendida plenamente³⁸, dificultando uma aproximação e inserção genuína no campo de investigação.

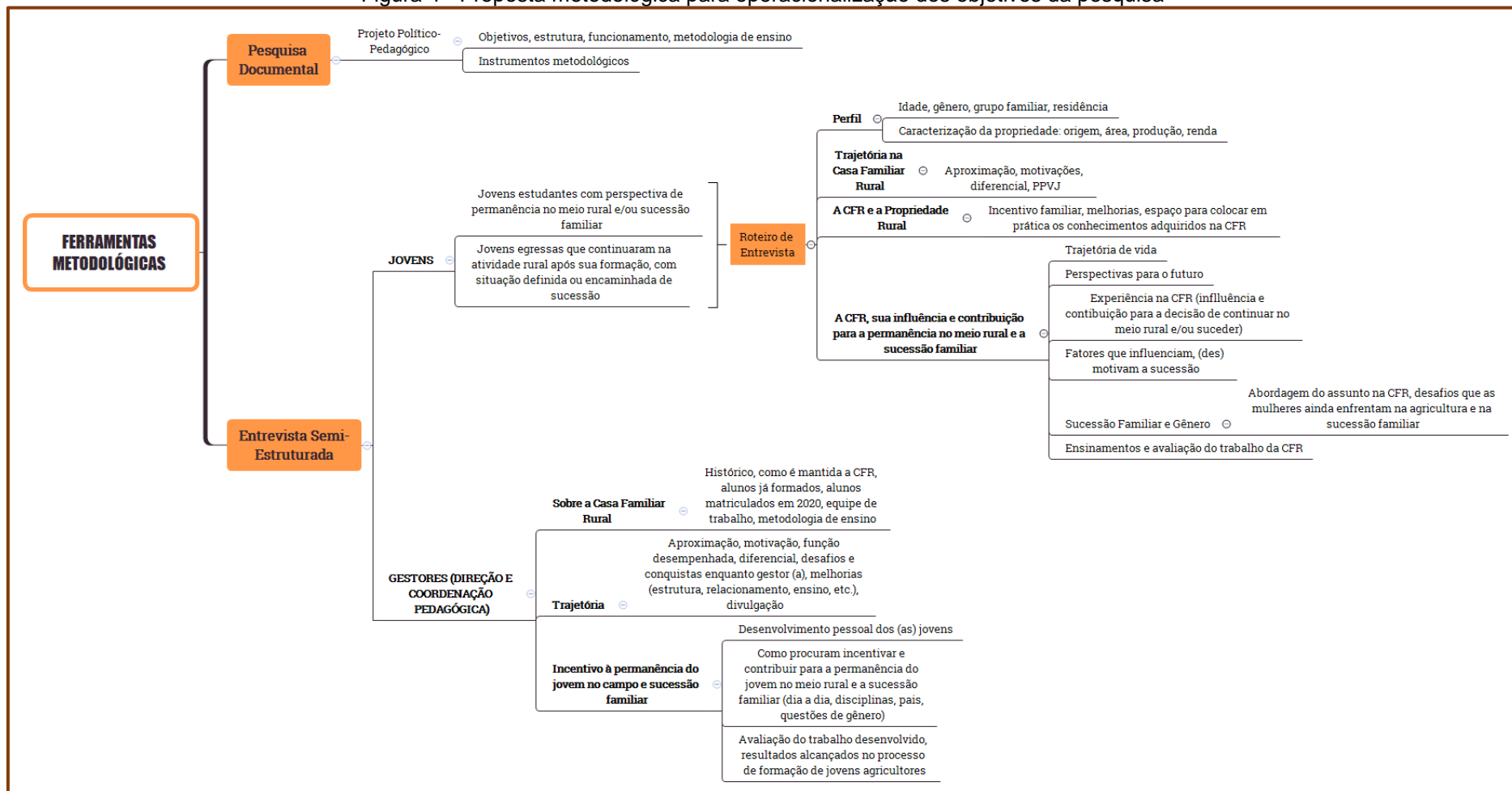
Em diálogo com as participantes convidadas, ficou acertado que algumas entrevistas seriam realizadas presencialmente e outras em formato virtual. Com os gestores (as), ambas foram realizadas nas dependências das respectivas CFRs. Nos casos em que as entrevistas foram realizadas presencialmente, seguimos as recomendações necessárias, nos protegendo e protegendo nossas (os) participantes.

Mesmo após a realização das entrevistas, seguimos dialogando com as (os) participantes, sanando dúvidas, complementando informações e fazendo alguns esclarecimentos. O WhatsApp foi uma ferramenta muito eficiente durante todo esse processo. Apesar do cenário desafiador que estamos enfrentando, esse momento de interação e troca, especialmente com as jovens participantes, foi e tem sido muito engrandecedor, tanto na figura de pesquisadora como de cidadã e também de jovem agricultora. (Re) conhecer a trajetória dessas jovens mulheres, potenciais sucessoras, sucessoras, agricultoras e protagonistas da agricultura familiar tem sido muito gratificante e inspirador, inclusive por tencionar reflexões que levam a ressignificar a minha condição enquanto jovem agricultora.

De modo a possibilitar uma melhor visualização dos instrumentos de geração dos dados utilizados, apresenta-se abaixo um esquema detalhado da proposta metodológica do estudo (Figura 4). Nele, apresentamos como as ferramentas metodológicas foram utilizadas e a forma como organizamos o roteiro de entrevista.

³⁸ Não no momento, mas esse é sim um objetivo. Retornar as propriedades que foi possível conhecer e visitar àquelas que não foi possível, com a intenção de explorar com mais profundidade suas particularidades e dialogar com mais “tranquilidade” com seus atores. As visitas foram “rápidas” e acabaram limitando, de certa forma, a profundidade das informações e a interação entre pesquisador e pesquisado, de modo, que a manutenção desse diálogo vem se mostrando muito produtiva e importante.

Figura 4 - Proposta metodológica para operacionalização dos objetivos da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Na sequência, as informações reunidas precisaram ser “costuradas”, para que o trabalho fosse concluído. Segundo Minayo (1998) há três possibilidades dentro de uma pesquisa qualitativa: a análise de conteúdo, a análise do discurso e a hermenêutica-dialética.

Os dados coletados por meio das entrevistas, por contemplarem expressões verbais contidas nas narrativas das pessoas, foram submetidos a uma análise de conteúdo. Neste caso, por considerá-la a mais apropriada para a conquista de uma interpretação aproximada da realidade. Para tal, utilizamos como base de conceituação e etapas, o estudo de Bardin (1977). Segundo o autor, o termo análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Além disso, o autor as organiza em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise é a fase de organização dos dados, com o objetivo de constituir o *corpus* da pesquisa. Trata-se da organização propriamente dita, e envolve quatro etapas: a leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos, a referenciação dos índices e elaboração de indicadores e a preparação do material. Na fase de exploração do material, o *corpus* estabelecido deverá ser estudado mais profundamente. “Se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 1977, p.101).

Para finalizar, a etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nela, “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos”, explica Bardin (1977, p.101). Ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais. É o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude Rural e Agricultura Familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Ed. Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* Sucessão Profissional e Transferência Hereditária na Agricultura Familiar. *In*: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Brasília: SOBER, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149 p.
- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.157-181.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 629-638, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44610/31761>. Acesso em: 14 set. 2020.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda; POLLNOW, Germano Ehlert. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil rural meridional. **Revista Extensão Rural**, UFSM, v.21, n. 2, p. 94-116, abr./jun.2014.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.41-52, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Presses Universitaires de France, 1977.
- BARBOSA, Roseli Azambuja *et al.* Using Q-methodology to identify rural women's viewpoint on succession of family farms. **Land Use Policy**, vol. 92, 2020. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0264837719318101?token=BFA6C6BCE20EDF1D90B7A3EA53A0DA883F6E3DA51F67ADCBC85706D3D4564B8D8DC86EE0FC72C44C67C188C50C304FBA&originRegion=us-east-1&originCreation=20210927120332>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- BENETTI, Estela. SC tem agronegócio de primeiro mundo, mas faltam jovens no campo. **NSC Total**, Florianópolis, 02 abr. 2019. Disponível em:

<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/sc-tem-agronegocio-de-primeiro-mundo-mas-faltam-jovens-no-campo>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BIANCHINI, Simone. **O futuro das propriedades familiares sem sucessores: o caso do Município de Paraíso/SC**. 2010. 105f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BOSCARDIN, Mariele *et al.* **As perspectivas sucessórias de jovens estudantes de curso técnico profissionalizante em agropecuária no município de Palmeira das Missões, RS**. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, RS, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19147/1192612782>. Acesso em: 24 jan. 2021.

BOSCARDIN, Mariele; CONTERATO, Marcelo Antonio. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Estudo, Sociedade e Agricultura**, v.25, n.3, p. 672-695, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. Ed. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em 12 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 11326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.html. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n.29, Ano 2017.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v.17, n.2, 1-34, 2019a.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. **Questões de gênero na sucessão familiar na agricultura**: cenário internacional, 2019b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338843882_Questoes_de_genero_na_sucessao_familiar_na_agricultura_cenario_internacional. Acesso em: 25 nov. 2020.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional. **Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté - SP v. 16, n. 3, p. 413-428, set-dez/2020.

BREITENBACH, Raquel; TROIAN, Alessandra. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 56, N. 1, p. 26-37, jan/abr 2020.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, jan./abril.2004.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

BRUMER, Anita. Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha. *In*: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3.ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p.223-254.

BRUMER, Anita *et al.* Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL RURAL SOCIOLOGY ASSOCIATION (IRSA). **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IRSA, 2000. p. 1-30.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e Reprodução social na Agricultura Familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, p.6-17, jan./jun. 2008.

BRUMER, Anita; PANDOLFO, Graziela Castro; CORADINI, Lucas. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis, 2008.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agriculturas do sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 171-174, jan./abr. 2004.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de pesquisa.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani; LOPES, Milena Nunes. Os jovens na agricultura familiar. *In*: MAGRI, Cledir Assísio; CONTI, Irio Luiz (orgs). **Agricultura familiar: alternativas em construção**. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008. p.81-104.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinquenta anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão nº 621). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

CAMARERO, Luis *et al.* **La población rural de España. De los desequilibrios a la sostenibilidad social**. Barcelona: Fundación La Caixa, 2009.

CAMPOS, Anelise de Souza Muller. **Casa Familiar Rural**: um estudo no território da Cantuquiriguaçu/PR. 2018. 94p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2018.

CARNEIRO, Maria José. Herança e Gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos feministas**, Rio de Janeiro, n.1, p.22-55, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p.53-66.

CASTRO, Elisa Guaraná de *et al.* **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. *In*: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; CONSUELO, Dulce; WHITAKER, Andreatta (orgs). **Reforma Agrária e desenvolvimento** - desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília/São Paulo: MDA/UNIARA, 2008, p.112-130.

CHISWELL, Hannah M.; LOBLEY, Matt. “It’s Definitely a Good Time to Be a Farmer”: Understanding the Changing Dynamics of Successor Creation in Late Modern Society. **Rural Sociology**, New Orleans, v.83, n.3, p. 630–653, set. 2018.

COELHO, Mateus Gustavo. **Gêneros desviantes**: o conceito de gênero em Judith Butler. 2018. 101p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos; CARPES, Ricardo Howes. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 465-483, jul./dez. 2013.

COSTA, Patrícia Inês *et al.* Caminhos para a sucessão familiar: as motivações dos jovens rurais no município de Pato Bragado – Paraná. *Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*, 58., 2020, Foz do Iguaçu.

Anais eletrônicos [...]. Foz do Iguaçu: SOBER, 2020. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/254286.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Magda Lopes. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEBONA, Darci. Agricultores do Oeste de SC economizam R\$ 1,3 mil por mês com produção própria de alimentos. **NSC Total**, Florianópolis, 04 jul. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/agricultores-do-oeste-de-sc-economizam-r-13-mil-por-mes-com-producao-propria-de-alimentos>. Acesso em: 21 jan.2021.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2017/2018**. Florianópolis: Epagri/Cepa. 2018. Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_2017_18.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

ESTEVA, Dimas de Oliveira *et al.* Educação do campo: a trajetória das Casas Familiares Rurais em Santa Catarina - avanços e desafios da experiência. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, 11, Enero, 2014, p. 29-48.

ESTEVA, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural**: a formação com base na Pedagogia da Alternância em Santa Catarina. 2001. 181 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ESTEVA, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural**: a formação com base na pedagogia da alternância. 2.ed. rev. Florianópolis: Insular, 2012.

FERRARI, Dilvan Luiz *et al.* Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 237-271, 2004.

FOGUESATTO, Cristian Rogério *et al.* Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.130, p.15-28, jan./jun. 2016.

FOGUESATTO, Cristian Rogério *et al.* Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. **Land use Policy**, v.97, set. 2020. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0264837719302340?token=E07FED4D28F07180F6775AFD5B6A0D5878C8240480B7B9DC8E85FA7A7EAE2DDFBB26D9E7C14646853F059B10981116C0&originRegion=us-east-1&originCreation=20210526125301>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FROELICH, José Marcos *et al.* Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.41, n.9, p.1674-1680, set, 2011.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.64-89.

GASSON, Ruth; ERRINGTON, Andrew. **The Farm Family Business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMONET, J.C. **Lograr y comprender la Pedagogía de la Alternancia**. Guatemala: AIMFR, 2009.

GLASER, G., STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GODOY, Luthiane Pisoni. **O meu biso passou pro vô, o vô passou pro pai e no caso o pai passaria pra nós: a sucessão rural e a saúde mental de jovens no processo sucessório**. 2019. 77p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 28, n.1, 115-124, jan./abr. 2016.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, SP, v.46, n.2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

HEIN, Gustavo Elias. **Sucessão familiar rural: um estudo de caso com jovens egressos da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul/RS**. 2017. 51p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cachoeira do Sul, 2017.

HEISLER, Lenoir; RENK, Arlene Anélia; BONAMIGO, Irme Salete. Estratégias de reprodução social no rural da microrregião de Pinhalzinho (SC). **Extensão Rural**, Santa Maria, v.25, p.31-51, 2018.

HERRERA, Karolyna Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. 2015. 133 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade** – Florianópolis, v.15 - Edição Especial – 2016.

HERRERA, Karolyna Marin. Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais. Seminário Internacional Fazendo Gênero, **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499449704_ARQUIVO_Herrera_Karolyna.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

HERRERA, Karolyna Marin. **A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais**. 2019. 227 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019a.

HERRERA, Karolyna Marin. Rompendo dicotomias: o cotidiano do trabalho das mulheres rurais. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 39, n. 1, jan./jun. 2019b. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/82/70>. Acesso em: 14 set. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.132, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência IBGE notícias. **Mulheres ganham espaço na agropecuária, mas são apenas 19% dos produtores**. Séries especiais, 2019c. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26281-mulheres-ganham-espaco-na-agropecuaria-mas-sao-apenas-19-dos-produtores>. Acesso em 25 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro, v.8, p.1-105, 2019a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: Características da população e dos domicílios. Resultados do Universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 24 out.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html#:~:text=IBGE%20%7C%20Censo%20Agro%202017%20%7C%20Em,milh%C3%B5es%20de%20postos%20de%20trabalho&text=A%20agricultura%20familiar%20encolheu%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em 02 nov.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE/SIDRA). **Censo Demográfico: Séries Temporais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>. Acesso em: 21 jan.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE/SIDRA). **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 15 nov.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE/SIDRA). **Censo Agropecuário: Séries Temporais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/series-temporais>. Acesso em: 05 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE/SIDRA). **Censo Agropecuário 2006: Segunda apuração**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 10 jan.2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Classificação dos imóveis rurais**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>. Acesso em: 05 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. 2013. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/acao-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

KISCHENER, Manoel Adir *et al.* A problemática da sucessão geracional na agricultura familiar do Sudoeste Paranaense. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.1, p.3490-3508, jan. 2021.

KISCHENER, Manoel Adir. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização**: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná. 2015. 175p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola, Brasília, DF: Embrapa, 2014, p. 1011-1046.

KROTH, Darlan C. A Agroindústria do Oeste Catarinense e o Desenvolvimento Regional Sustentável: os velhos e os novos desafios no novo século. *In*: CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos (Orgs.). **Fronteira Sul**: ensaios socioeconômicos. Florianópolis: Insular, 2016, p. 129-162.

KRUGER, Silvana Dalmutt *et al.* Fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região oeste de Santa Catarina. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n.4, 57-70, out./dez 2018.

KUMMER, Rodrigo. **Juventude Rural, entre ficar e partir**: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC. 2013. 94f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

KUMMER, Rodrigo. O viés enviesado: a migração rural feminina a partir do olhar masculino. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero, **Anais [...]**. Florianópolis, 2017.

LANGBECKER, Tatielle Belem. **Trabalho e gênero**: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LOBLEY, M. Succession in the family farm business. **Journal of Farm Management**, v. 13, n. 12, 2010, p. 839-851.

LUTHER, Alessandra. **Discursos para a educação básica e superior do campo**: adestramento ou desenvolvimento rural? 2019. 224p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antonio Marcio. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins** [online], n.25, p.1-26, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10548>. Acesso em 15 jan.2020.

MAIA, Ana Heloisa *et al.* Jovens rurais estudantes da Escola Estadual Jaraguá, Água Boa (MT): projetos de vida, dilemas e sucessão familiar. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v.12, n.8, p. 97-117, jul./dez.2018.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 94-112, fev. 2021.

MATTE, Alessandra *et al.* Agricultura e pecuária familiar: (des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté v. 15, n. 1, p. 19-33, jan./abr. 2019.

MATTE, Alessandra; MACHADO, João Armando Dessimon. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá n. 37, v. 18, 2016.

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani Marisa; ANDREATTA, Tanice. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito – RS. **Holos**, Natal, v.1, p.144-156, fev. 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1964>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: Análise de Indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MELLO, Márcio Antonio de *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MELLO, Márcio Antônio. Transformações sociais recentes no espaço rural do oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato. XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais [...]**. Fortaleza, 2006.

MENASCHE, Renata; ESCHER, Maria Salete. **Gênero e agricultura familiar**: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba: Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOLINA, Mônica Castagna (org). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr./ 2011.

MOREIRA, Sandro da Luz *et al.* Estratégias paternas para a manutenção da sucessão geracional em propriedades rurais. **Estudos Sociedade & Agricultura**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 413-433, jun./set. 2020.

MOREIRA, Sandro da Luz; SPANEVELLO, Rosani Marisa. Modelos sucessórios em propriedades rurais: um estudo no município de Cruz Alta/RS. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 28, n. 46, p. 27-47, 2019.

MULINARI, Maurício. Avanço do grande capital sobre a pequena propriedade rural: análise das mudanças estruturais na agricultura catarinense. **Revista NECAT**, Florianópolis, ano 8, n.16, jul./dez. 2019.

NOGUEIRA, Ariane Martins; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. **O Agronegócio e o fechamento das escolas rurais no Brasil**: algumas reflexões. Anais do Congresso Interinstitucional Brasileiro de Educação Popular e do Campo, UFG, Catalão, 2017.

OLIVEIRA, Carolina Furtado. **Localização geográfica dos municípios de Saudades e Modelo e municípios de abrangência das CFRs**. 2021.

OLIVEIRA, Carolina Furtado. **Localização das Casas Familiares Rurais do Oeste de Santa Catarina**. 2021.

OLIVEIRA, Carolina Furtado. **Localização geográfica das jovens interlocutoras do estudo**. 2021.

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa Van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.59, n.2, 2021.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PACHECO, Luci Mary Duso. **Práticas educativas escolares de enfrentamento da exclusão social no meio rural**: a Pedagogia da Alternância e a Casa Familiar Rural em Frederico Westphalen. 2010. 208p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.

PANNO, Fernando. **Sucessão geracional na agricultura familiar**: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores. 2016. 164f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PANNO, Fernando; MACHADO, João Armando Dessimon. A sucessão em propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen/RS: influências e direcionamentos decisórios dos atores. **Redes**, Santa Cruz do Sul v. 21, n. 3, p. 217-237, set./dez. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7634/pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PANNO, Fernando; MACHADO, João Armando Dessimon. Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural: Partir ou Ficar no Campo. **Desenvolvimento em questão**, Editora Unijuí, Ijuí, v.12, n.27, jul./set.2014.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC v.5, n.28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *In: Cadernos de Pesquisa*. n.21. Florianópolis: UFSC, p.1-17, jun. 2000.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: Uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Movimentos das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero. *In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs.) Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.2. São Paulo: Editora da Unesp, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento rural, p.179-201, 2009.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Mulheres rurais: Quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

PERDESSETI, Maicon. **A contribuição da Casa Familiar Rural para a permanência dos jovens no campo: um estudo na Casa Familiar Rural de Guaraciaba-SC**. 2018. 83p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

PESSOTTO, Ana Paula *et al.* Factors influencing intergenerational succession in family farm businesses in Brazil. **Land use Policy**, v.87, set. 2019. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0264837718314212?token=81477FA688AF8C94D83473390A60F320F94F3A612D06140D157FC9991D4EB610F0BDEDBEA516A9B415D5CA472D2561DE&originRegion=us-east-1&originCreation=20210526130050>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PINA, Ticiane Petean *et al.* Características, cotidiano escolar e percepções dos alunos do curso técnico agrícola integrado ao ensino médio na modalidade alternância da ETEC de Andradina-SP-Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v.38, n.35, ano 2017.

POZZEBON, Adair. **A inserção socioprofissional dos jovens egressos da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul no Vale do Rio Pardo, RS: uma contribuição para o desenvolvimento rural**. 2015. 183p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

REITER, Janice M. Waituch (Coord.). **Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina: Relatório em atendimento as metas 6 e 7 do Convênio Epagri/MDA 065/2006**. Florianópolis: EPAGRI, 2007. Disponível em:

http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Pronaf_Avaliacao_Pronaf.pdf. Acesso em 25 out.2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural. **AveSui América Latina traz debate sobre a sucessão na agricultura familiar**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/agricultura-e-pesca/avesui-america-latina-traz-debate-sobre-a-sucessao-na-agricultura-familiar>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SANTOS, Mayara Galvan dos. **Trabalho e gênero: mulheres no contexto da agricultura familiar**. 2018. 236p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SCHNEIDER, Clair Odete *et al.* Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 2, p. 245-258, abr./jun. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez.1995.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. *In:* SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.15-33.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Antonio Waldimir Leopoldino da. XIV Fórum de Aperfeiçoamento Agropecuário. **Caminhos para a Sucessão Familiar em Propriedades Agropecuárias**, 2020 (Encontro online).

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias**. Curitiba, PR: CRV, 2012. 188p.

SILVA, Márcia Cristina Lopes e. Gênero e Pedagogia da alternância na Casa familiar do município de Cametá-Pará. *In:* II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. **Anais [...]**. Florianópolis, 2007.

SILVA, Mariane Rodrigues. Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. **Brazilian Journal of Development.**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 2095-2105, mar. 2019.

SILVA, Vera Terezinha Carvalho da. **Jovens rurais que permanecem no campo: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In:* GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de**

Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. (Série Educação a Distância, n. 5.). p.31-42.

SILVESTRO, Milton Luiz *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri Brasília - NEAD/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SILVESTRO, Milton Luiz; CORTINA, Nelson. Desenvolvimento rural sem jovens? **Agropecuária Catarinense.** v.11, n.4, p. 5-8, 1998.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas,** Florianópolis, v.45, n.2, p.291-304, 2011.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa *et al.* A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural Sob a Ótica dos Agricultores Familiares Sem Sucessores. **Desenvolvimento em Questão,** Ijuí, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

STEIN, Jaíne; RISSON, Ana Paula; SCHUCK, Anderson Luis; MAHL, Álvaro Cielo. Permanência e saída do campo de jovens adultos no Oeste Catarinense. **Revista Sociais & Humanas,** Santa Maria, v. 32, n.1, p.98-114, março 2019.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **“O mundo rural no horizonte dos jovens”:** o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. Florianópolis: UFSC, 2002. 288p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan./abr. 2004.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, salário e família:** *Ethos* e racionalidade produtiva no cotidiano camponês. 1998. 398p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

TEDESCO, João Carlos. Apresentação. *In*: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3.ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 11-17.

TEIXEIRA, Marcella Barbosa Miranda; LOPES, Fernanda Tarabal; JÚNIOR, Admarco Bonifácio Gomes. Gênero e Feminismos: conceitos e perspectivas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, MG, v.32, n.1, jan./jun. 2019.

TOIGO, Sandra Giacomini. **Sucessão rural na perspectiva de pais e alunos**: estudo das Casas Familiares Rurais do Oeste Catarinense. 2020. 63p. Dissertação (Mestrado em Sanidade e Produção Animal) – Programa de Pós-Graduação em Sanidade e Produção Animal, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Xanxerê, 2020.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 56, N. 1, p. 26-37, jan./abr. 2020.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez. 2018a.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. A Questão da Juventude na contemporaneidade: Estudo dos Projetos de Vida em Arroio do Tigre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n. 44, jul./set. 2018b, p. 260-284.

VENDRUSCOLO, Rafaela; DORNELES, Simone Bochi. **Educação do Campo e Pedagogia da Alternância no Brasil**: a contribuição das Casas Familiares Rurais para o desenvolvimento rural. Montevídeu: FIDA MERCOSUR, 2017 (Artigo eletrônico). Disponível em: <http://fidamercosur.org/claeh/experiencias/experiencias-en-la-regi%C3%B3n/922-educa%C3%A7%C3%A3o-do-campo-e-pedagogia-da-altern%C3%A2ncia-no-brasil-a-contribui%C3%A7%C3%A3o-das-casas-familiares-rurais-para-o-desenvolvimento-rural>. Acesso em: 14 jan. 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3.ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p.21-55.

WEISHEIMER, Nilson. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p.237-251.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil da agricultura familiar**. 2009. 331p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz (RS)**. 2004. 215p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

WOLOCHEN, Maria Bernadete; SOUZA-LIMA, José Edmilson De; MACIEL-LIMA, Sandra Mara. A Casa Familiar Rural e a Pedagogia da Alternância: evidências de uma educação alternativa para o campo. **Revista Científica Internacional**, ano 2, n.10, nov./dez. 2010.

WOORTMANN, Ellen F. Prefácio. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.9-14.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho – Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. 93 p. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/dossiepprgmt.pdf>. Acesso em 25 ago. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**, 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZIMMERMANN, Angelita. **Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari: elementos formativos do território**. 2014. 208p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

ZONIN, Valdecir José; KROTH, Darlan Christiano. **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar**, 1. Ed, Curitiba: Appris, 2021. 365p.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNAS E EGRESSAS DAS CFRs DE SAUDADES E MODELO

*Mestranda: Liamara Scalon
Orientadora: Tatiana Engel Gerhardt*

Roteiro de entrevista com as alunas e egressas das CFRs Modelo e Saudades – SC, que possuem a perspectiva de permanecer no meio rural, exercendo atividades vinculadas à agricultura ou continuaram na atividade rural após sua formação, com situação definida ou encaminhada de sucessão.

- **IDENTIFICAÇÃO** ▪ (Nome, idade, estado civil, contato, CFR que estudou ou estudou, turma que frequenta ou ano de formação).
- **CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR** ▪ (parentesco, idade, escolaridade e estado civil das pessoas que residem e/ou trabalham na propriedade rural).
- **ENDEREÇO** ▪ (Endereço completo, município, distância até a CFR).
- **CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE** ▪ (Área, origem, trajetória familiar – tempo de moradia na localidade, atividades desenvolvidas para a venda e para o consumo, renda bruta mensal).
- **SOBRE A CASA FAMILIAR RURAL** ▪ (Aproximação, membros da família que frequentam ou frequentaram a CFR, motivações, objetivos, melhorias, diferencial, PPVJ, continuidade dos estudos após a formação, resultados alcançados).
- **A CASA FAMILIAR RURAL E A PROPRIEDADE** ▪ (Apoio e envolvimento da família durante a trajetória na CFR, mudanças na propriedade durante e após a experiência da CFR, espaço para aplicar os conhecimentos adquiridos, desafios e conquistas, avaliação da renda obtida, a forma como é dividida, atividades desenvolvidas e forma de trabalho na propriedade).
- **A CASA FAMILIAR RURAL E A SUCESSÃO FAMILIAR** ▪ (Trajetória de vida, planos e pretensões para o futuro – continuar na propriedade, no meio rural, suceder? Motivações, potenciais sucessores na família, diferencial, influência e contribuição da formação na CFR para a perspectiva e/ou decisão de permanecer na propriedade, no meio rural e realizar a sucessão familiar, fatores que influenciam na decisão dos jovens sobre o futuro e na decisão em suceder, fatores que caracterizam o que é ser “um bom agricultor”, desafios que existe em ser um agricultor (a), fatores que associam/valorizam no espaço rural), opinião sobre a saída dos jovens do meio rural e da agricultura – implicações e ações necessárias para favorecer a permanência destes, avaliação do trabalho desenvolvido pela CFR e ensinamentos que a CFR deixou na trajetória como estudante, cidadã, jovem, mulher e como agricultora ou futura agricultora).
- **SUCESSÃO FAMILIAR E GÊNERO** ▪ (Abordagem ao tema pela CFR, experiências e vivências na propriedade e na agricultura de forma geral sobre a questão de gênero, envolvendo atividades realizadas, gestão, tomada de decisão, influência na escolha do sucessor (a), oportunidades (des) iguais, desafios que as mulheres ainda enfrentam enquanto “agricultoras” e “sucessoras”, condicionantes para a permanência ou saída das jovens mulheres do meio rural, (des) motivações, sentimentos enquanto “jovem estudante ou egressa, mulheres, com a perspectiva de continuar no meio rural e/ou se tornar uma sucessora na agricultura familiar”).

Obrigada pela participação!!

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS GESTORES DAS CFRs DE SAUDADES E MODELO

*Mestranda: Liamara Scalon
Orientadora: Tatiana Engel Gerhardt*

Roteiro de entrevista com os gestores das CFRs de Saudades e Modelo (Direção e Coordenação Pedagógica)

- **IDENTIFICAÇÃO** ▪ (Nome, sexo, idade, formação, contato, tempo de CFR e na função de gestor/a).
- **FUNDAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL** ▪ (Nome da CFR, endereço, nível de ensino ofertado, data de fundação e objetivo da implantação, manutenção, número de jovens formados, turmas e alunos matriculados em 2020 (idade, sexo, município de residência), perfil dos alunos (sexo, rural/urbano), equipe de trabalho, trajetória da CFR).
- **TRAJETÓRIA E FUNÇÃO NA E DA CASA FAMILIAR RURAL** ▪ (Aproximação com os trabalhos da CFR, motivações, desafios e perspectivas, função desempenhada, diferencial das CFRs frente as escolas regulares, propósito da CFR em existir, melhorias necessárias, processo de construção do conhecimento (instrumentos, método de ensino), divulgação, trabalho desenvolvido em termos de preparo e incentivo à permanência do jovem no campo (dia a dia, disciplinas, etc.), envolvendo pais, alunos e professores, mudanças percebidas nos alunos e egressos em termos de crescimento, amadurecimento e mudança de hábitos, motivos que levam os jovens a permanecer ou sair do meio rural e os desafios dos mesmos em realizar a sucessão familiar das propriedades rurais, questões de gênero e como as mesmas são abordadas nas CFRs, desafios que as mulheres ainda enfrentam no exercício da agricultura e na sucessão familiar, (des) igualdades envolvidas nesse processo e, resultados alcançados no processo de formação de jovens agricultores).

Obrigado (a) pela participação!!

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Mestranda: Liamara Scalon

Orientadora: Tatiana Engel Gerhardt

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: “Jovens mulheres e a sucessão na agricultura familiar: um olhar a partir das Casas Familiares Rurais de Saudades e Modelo/SC, desenvolvida por Liamara Scalon, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação da Professora Dra. Tatiana Engel Gerhardt.

Com o objetivo de “analisar os anseios e perspectivas das jovens mulheres estudantes e egressas das Casas Familiares Rurais de Modelo e Saudades quanto à permanência no campo e a sucessão rural, sustenta-se a presente pesquisa, sobretudo, na preocupação com o horizonte da agricultura familiar e, singularmente, com aqueles que são a força renovadora dessa agricultura: os jovens e, de modo especial, jovens mulheres. Nessa perspectiva, associar a problemática da sucessão familiar com uma experiência inovadora de estímulo a permanência dos jovens no campo – as Casas Familiares Rurais, é o foco do estudo.

Desse modo, ao estabelecer como protagonistas do estudo: jovens estudantes mulheres que possuem a perspectiva de permanecer no meio rural, exercendo atividades vinculadas à agricultura e jovens egressas das CFRs que continuaram na atividade rural após sua formação, com situação definida ou encaminhada de sucessão, estamos convidando-o (a) a participar da pesquisa.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora e os dados a serem coletados estão relacionados a relação da Casa Familiar Rural com a sucessão das propriedades.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. Sendo a entrevista gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização. Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação Não autorizo gravação

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de representar os jovens estudantes e egressos das Casas Familiares Rurais, destacando o papel desempenhado pela instituição no que tange a sucessão familiar.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador.

Desde já agradecemos sua participação!

Eu, _____ declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Data: _____.

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Mestranda

Liamara Scalon

E-mail: liascalon@hotmail.com

Contato: (049) 98833-0227